

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CAMPUS SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Larissa Fonseca Rocha

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A HISTÓRIA DE UM
CONCEITO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS (1987-2012)**

Santa Maria, RS
2023

Larissa Fonseca Rocha

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A HISTÓRIA DE UM
CONCEITO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS (1987-2012)**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao Curso de Relações Internacionais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) – Campus Santa Maria, como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Relações Internacionais**.

Orientador: Prof. Dr. Günther Richter Mros

Santa Maria, RS
2023

Larissa Fonseca Rocha

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A HISTÓRIA DE UM
CONCEITO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS (1987-2012)**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao Curso de Relações Internacionais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) – Campus Santa Maria, como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Relações Internacionais**.

Aprovado em 10 de julho de 2023:

Profº Dr. Günther Richter Mros
(Presidente/Orientador)

Profº Dr. Arthur Coelho Dornelles Jr

Profª Drª Rita Inês Paetzhoid Pauli

Santa Maria, RS
2023

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A HISTÓRIA DE UM CONCEITO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS (1987-2012)

AUTOR: Larissa Fonseca Rocha
ORIENTADOR: Prof. Dr. Günther Richter Mros

Este trabalho objetiva traçar o processo de ressignificação e reificação do conceito de desenvolvimento sustentável por meio da História dos Conceitos cujo principal teórico é o historiador Reinhart Koselleck. A análise abrange a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, na Suécia, em 1972, isto é, o primeiro encontro internacional que tem o meio ambiente como tema central, até a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, no Brasil, em 2012, onde objetiva-se consolidar as ações de desenvolvimento sustentável, os dezessete objetivos de desenvolvimento sustentável, também conhecido como ODS. Propõe-se, por meio do método indutivo, do empirismo das fontes (dissertações e teses, artigos acadêmicos, capítulos de livros, artigos jornalísticos): (i) averiguar dissertações e teses das instituições de ensino que possuem as maiores notas segundo a Avaliação Quadrienal da CAPES de 2017 e que estejam disponíveis em acervo digital, quais sejam, a UnB (nota 6), a PUC-Minas e a PUC-Rio (nota 5) tendo por finalidade identificar e sistematizar os trabalhos que abordam o tema ambiental, de forma geral e, especificamente, o desenvolvimento sustentável; (ii) analisar artigos acadêmicos, capítulos de livros, artigos jornalísticos, a fim entender as adaptações do conceito de acordo com as dinâmicas do sistema internacional que abrange desde o período da coexistência pacífica e détente na Guerra Fria, as crises do petróleo, o aumento de áreas temáticas nas agendas de discussões nos organismos internacionais, Guerra ao Terror e a crise de 2008 bem como a relação dos países em desenvolvimento e desenvolvidos.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável; história dos conceitos; história das relações internacionais.

SUSTAINABLE DEVELOPMENT: A HISTORY OF A CONCEPT IN INTERNATIONAL RELATIONS (1987-2012)

AUTHOR: Larissa Fonseca Rocha
ADVISOR: Prof. Dr. Günther Richter Mros

This work aims to trace the process of resignification and reification of the concept of sustainable development through the History of Concepts whose main theoretician is the historian Reinhart Koselleck. The analysis covers the United Nations Conference on the Human Environment, in Sweden, in 1972, that is, the first international meeting that has the environment as a central theme, until the United Nations Conference on Sustainable Development, in Brazil, in 2012, which aims to consolidate actions for sustainable development, the seventeen sustainable development goals, also known as SDG. It is proposed, through the inductive method, the empiricism of the sources (dissertations and theses, academic articles, book chapters, journalistic articles): (i) investigate dissertations and theses from educational institutions that have the highest grades according to the Avaliação Quadriennial from CAPES of 2017 and that are available in a digital collection, namely, UnB (grade 6), PUC-Minas and PUC-Rio (grade 5) with the purpose of identifying and systematizing the works that address the environmental theme, in general and, specifically, sustainable development; (ii) analyze academic articles, book chapters, journalistic articles, in order to understand the adaptations of the concept according to the dynamics of the international system that covers from the period of peaceful coexistence and détente in the Cold War, the oil crises, the increase of thematic areas on the agendas of discussions in international organizations, the War on Terror and the 2008 crisis, as well as the relationship between developing and developed countries.

Keywords: sustainable development; history of concepts; history of international relations.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - O conceito de desenvolvimento sustentável da Rio 92 a Rio +10 segundo o Handbook de Cambridge.....	40
FIGURA 2 - O conceito de desenvolvimento sustentável (como deve ser) segundo Cosens (2021) e Collin, Collin (2021).....	41
FIGURA 3 - Conceito de desenvolvimento sustentável segundo Sachs (2004) e Sachs (2009).....	41
FIGURA 4 - O conceito de desenvolvimento sustentável, segundo Veiga (2015).....	42
FIGURA 5 - Linha do tempo do processo histórico do conceito de desenvolvimento sustentável	58

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Temas de dissertações - UnB, PUC-Minas e PUC-Rio (2009-2012).....	11
GRÁFICO 2 - Tema de teses - UnB e PUC Rio (2009-2012).....	12
GRÁFICO 3 - Desenvolvimento Sustentável em dissertações por ano (2009-2012).....	13
GRÁFICO 4 - Desenvolvimento Sustentável em teses por ano (2009-2012).....	13
GRÁFICO 5 - Abordagens do desenvolvimento sustentável em dissertações da PUC-Minas (2009-2012)	20
GRÁFICO 6 - Abordagens do desenvolvimento sustentável em dissertações da PUC-Rio (2009-2012)	21
GRÁFICO 7 - Abordagens do desenvolvimento sustentável em dissertações da UnB (2009-2012).....	22
GRÁFICO 8 - Abordagens do desenvolvimento sustentável em teses da UnB (2009-2012).....	23
GRÁFICO 9 - Abordagens do desenvolvimento sustentável em teses da PUC-Rio (2009-2012).....	23
GRÁFICO 10 - Estocolmo 72 nas dissertações e teses que mencionam o desenvolvimento sustentável.....	33
GRÁFICO 11 - Dissertações: Desenvolvimento Sustentável e as Conferências Ambientais da ONU (2009-2012).....	47
GRÁFICO 12 - Teses: Desenvolvimento Sustentável e as Conferências Ambientais da ONU (2009-2012).....	48

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Programas de Pós Graduação em Relações Internacionais com respectivas nota e nível (2017) - adaptada da original.....	10
--	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	09
2	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL A PARTIR DA HISTÓRIA DOS CONCEITOS.....	16
2.1	HISTÓRIA DOS CONCEITOS.....	16
2.1.1	Conceitos.....	16
2.1.2	História e historicidade dos conceitos.....	18
2.1.3	Estrutura temporal dos conceitos.....	19
2.2	CATEGORIAS ANALÍTICAS.....	24
2.3	A RELAÇÃO ENTRE CONCEITO E TEMPORALIDADE.....	26
3	ANTECEDENTES E DEFINIÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	28
3.1	CLUBE DE ROMA E LIMITES PARA O CRESCIMENTO.....	28
3.2	CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO.....	30
3.3	DEFINIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	34
3.3.1	Relatório Brundtland.....	34
3.3.2	Definição dos dicionários.....	37
3.3.3	Definições da Literatura Especializada.....	37
4	O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AS CONFERÊNCIAS DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE.....	46
4.1	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A RIO 92.....	48
4.2	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A RIO +10.....	54
4.3	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A RIO +20.....	56
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
	REFERÊNCIAS.....	63

1 INTRODUÇÃO

O meio ambiente faz parte das negociações e discussões entre agentes internacionais desde a metade do século XX. A literatura recorda os acordos sobre o melhor aproveitamento dos recursos naturais presentes na fronteira entre países, por exemplo, bem como um uso inteligente da natureza para benefício próprio, formalizado a partir de acordos e declarações. Neste período, as tratativas interestatais eram setoriais: cada uma abordava especificamente um aspecto da natureza: as florestas, os pássaros, os rios e os mares.

Como veremos mais adiante, o avanço ou a estagnação deste tema é influenciado pelas dinâmicas dos atores internacionais e seus interesses, pela evolução da ciência e pelas consequências negativas das ações humanas no ambiente. Estes processos condicionaram que as Nações Unidas começassem uma discussão multilateral, geral (tratando de todos os aspectos do meio ambiente), reconhecida amplamente a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, a Estocolmo 72.

Este trabalho surgiu inicialmente do interesse de entender o lugar da temática ambiental no campo das relações internacionais no Brasil, no sentido de entender a produção acadêmica brasileira de Relações Internacionais sobre o tema, sobre quais subtemas as produções mais tratam e quais abordagens são mais usadas do que outras. Isto porque o país tem papel fundamental nas discussões ambientais no cenário internacional, devido à presença de biodiversidade em seu território, uma considerável zona costeira, a floresta amazônica e a amazônia azul. Por isso, o país construiu uma reputação internacional na agenda ambiental, sediando em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), também conhecida por Eco-92 ou Rio-92 e, em 2012, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), a Rio +20. A projeção do Brasil nesta temática possibilitou que o país se posicionasse perante a comunidade internacional, desse visibilidade e liderasse os países em desenvolvimento ou do Sul Global.

Para que o trabalho fosse exequível, optou-se que a análise seria feita a partir de Programas de Pós-graduação em Relações Internacionais¹ no Brasil, com a melhor avaliação da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) do Ministério da Educação. A partir do Relatório de Avaliação Quadrienal, que, como o nome sugere, avalia, de quatro em quatro anos, os programas de pós-graduação reconhecidos pelo MEC por área. A área de Relações Internacionais, por exemplo, é avaliada junto com a Ciência Política.

¹ Referido também pela sigla “PPGRI”

Nesse sentido, é importante ressaltar que quando o projeto de pesquisa foi produzido, a última avaliação disponibilizada pela Capes era a de 2017 e, por isso, os programas de pós graduação analisados foram o da Universidade de Brasília (UnB) que possuía a maior nota daquela avaliação, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC - Minas) e da Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro (PUC - Rio), que pontuaram a segunda nota (ver Tabela 1). A escolha por analisar três programas se deu a partir do entendimento de que o método comparativo proporciona melhores resultados.

Tabela 1 - Programas de Pós Graduação em Relações Internacionais com respectivas nota e nível (2017) - adaptada da original (grifo nosso)

Cod PPG	Nível - PPGRI	IES	Nota 2017
24004014007P1	ME ²	UEPB	4
28001010094P7	ME/DO ³	UFBA	4
31004016057P9	ME/DO	UERJ	4
31005012026P2	ME/DO	PUC-RIO	5
32008015017P5	ME/DO	PUC/MG	5
33002010208P0	ME/DO	USP	4
33004110044P0	ME/DO	UNESP/MAR	4
41001010083P2	ME/DO	UFSC	4
53001010025P6	ME/DO	UnB	6

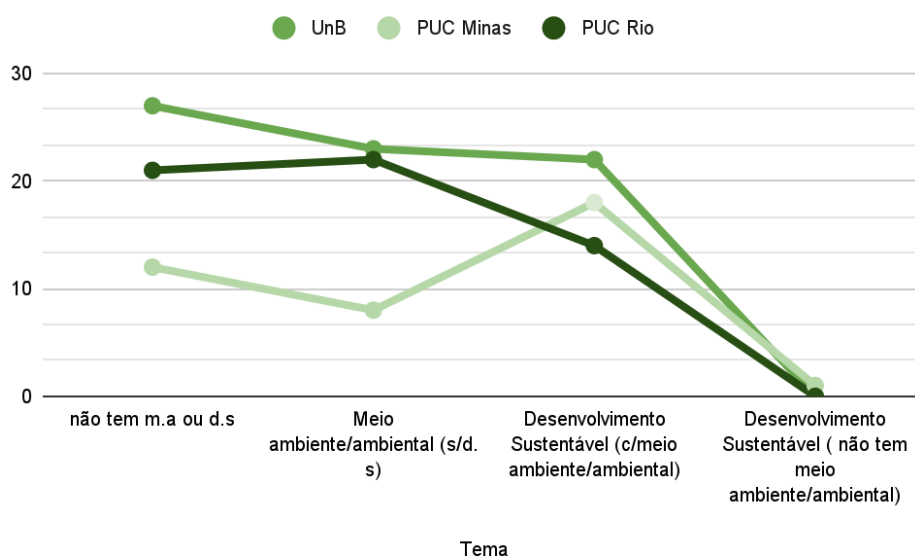
Fonte: CAPES, 2017

² Mestrado

³ Doutorado

Assim, ao analisar as dissertações e teses disponíveis no acervo digital dos programas de pós graduação em relações internacionais da UnB (72 dissertações e 28 teses analisadas), da PUC Minas (40 dissertações analisadas) e da PUC Rio (57 dissertações e 12 teses analisadas) de forma panorâmica, percebeu-se que um dos principais conceitos abordados que conecta a questão ambiental com as relações internacionais de forma múltipla era o desenvolvimento sustentável, como mostram os gráficos a seguir.

Gráfico 1 - Temas de dissertações - UnB, PUC-Minas e PUC-Rio (2009-2012)



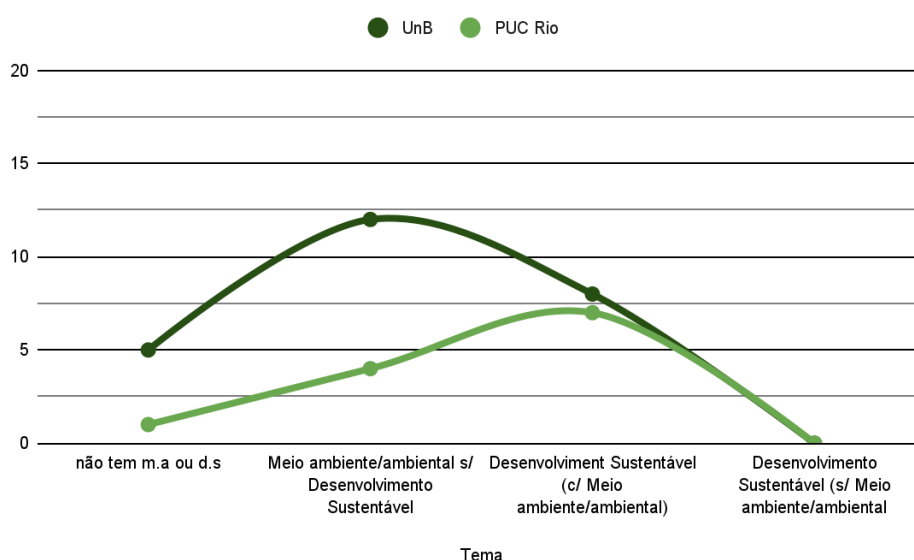
Fonte: Análise de dissertações e teses dos respectivos PPGRIs elaborada pela autora

O gráfico apresenta os temas das dissertações dos programas de pós graduação da UnB, PUC-Minas e PUC-Rio, divididos entre aquelas não desenvolvem nem citam o meio ambiente nem o desenvolvimento sustentável, aqueles que desenvolvem ou citam o meio ambiente mas não o desenvolvimento sustentável, os que citam meio ambiente e desenvolvimento sustentável e os que tratam somente de desenvolvimento sustentável.

No caso da UnB, havia mais dissertações que tratavam de outros assuntos que não o meio ambiente ou o desenvolvimento sustentável, esses trabalhos nem ao menos citam as expressões meio ambiente, ambiental ou desenvolvimento sustentável. Em relação à PUC-Rio, entre 2009 a 2012, haviam mais dissertações que tratam o meio ambiente de alguma forma, seja apenas ou tendo-o como tema principal. No entanto, apesar destes trabalhos abordarem o meio ambiente, não abordaram o desenvolvimento sustentável. E,

finalmente, as dissertações da PUC-Minas neste período envolviam, em sua maioria, o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

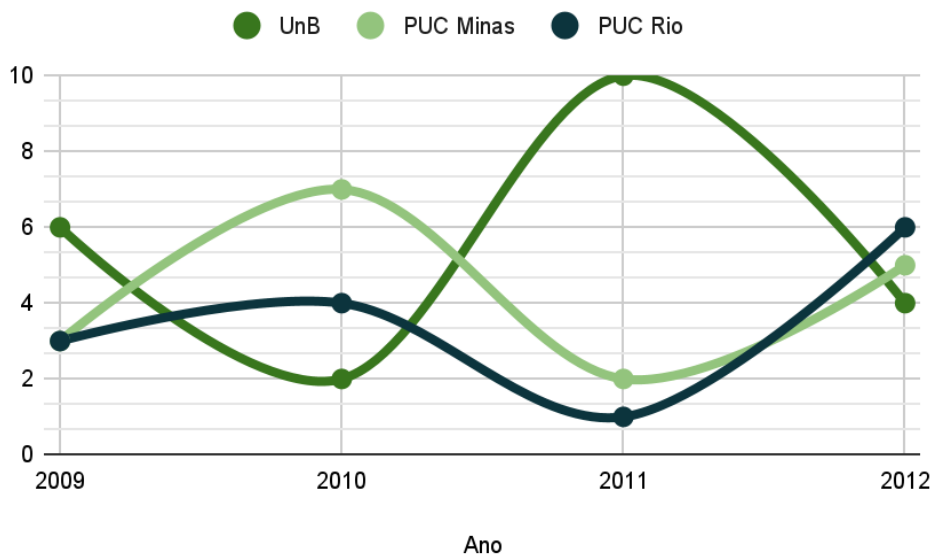
Gráfico 2 - Tema de teses - UnB e PUC Rio (2009-2012)



Fonte: Análise de dissertações e teses dos respectivos PPGRIs elaborada pela autora

O gráfico acima aponta os temas das teses dos PPGRIs da UnB e da PUC-Rio somente pois, o acervo digital da PUC-MG estava com problemas ao carregar as teses, sendo apenas possível analisar as dissertações. Assim, o principal tema de teses da UnB entre 2009 a 2012 envolvia primeiramente o meio ambiente, mas não o desenvolvimento sustentável, e, em seguida, o meio ambiente com o desenvolvimento sustentável. E, em relação à PUC-Rio, a temática ambiental juntamente com o desenvolvimento sustentável era a maioria, ao contrário do primeiro caso.

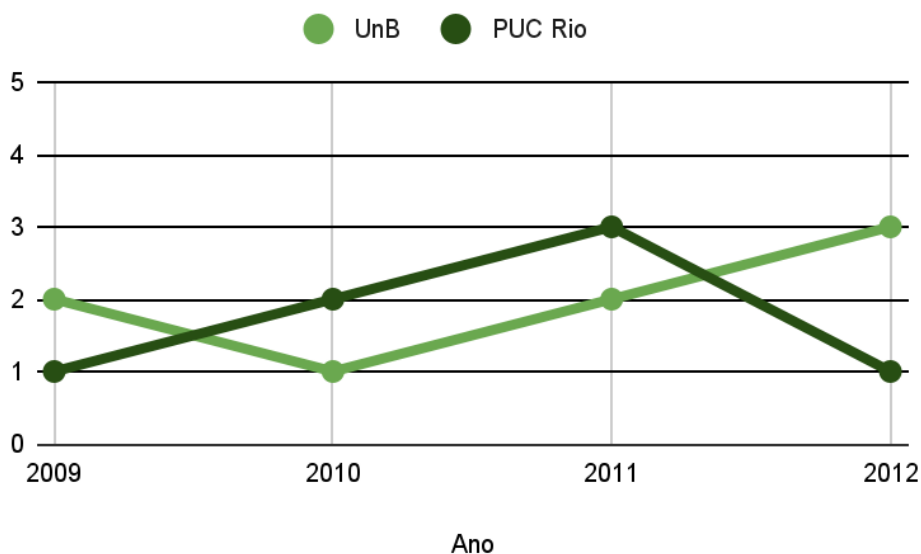
Gráfico 3 - Desenvolvimento Sustentável em dissertações por ano (2009-2012)



Fonte: Análise de dissertações e teses dos respectivos PPGRIs elaborada pela autora

O gráfico 3 apresenta o desenvolvimento sustentável em dissertações da UnB, PUC-Minas e PUC-Rio entre 2009 a 2012. Na primeira instituição, o ano que as dissertações mais citaram o desenvolvimento sustentável foi 2011, na segunda, 2010 e, a última, 2012. O segundo ano em que o desenvolvimento sustentável mais apareceu foi em 2009 na UnB, em 2012 na PUC-Minas e, em 2010 na PUC-Rio.

Gráfico 4 - Desenvolvimento Sustentável em teses por ano (2009-2012)



Fonte: Análise de dissertações e teses dos respectivos PPGRIs elaborada pela autora

O gráfico 4 apresenta as mesmas características que o gráfico 3 no que diz respeito às teses. Em 2012, foi quando mais desenvolvimento sustentável foi citado nas teses da UnB e, 2011 o segundo ano. No caso da PUC-Rio o ano que mais se trabalhou desenvolvimento sustentável foi 2011 e, em seguida, 2012.

De forma geral, estes dados representam um indicativo positivo dado a importância do Brasil nas negociações internacionais relacionadas ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. E, ainda, identificou-se que este conceito foi utilizado de diversas formas, a partir de inúmeros temas relacionados às Relações Internacionais e nem sempre significando a mesma coisa. A fim de melhor compreender o conceito de desenvolvimento sustentável, optou-se por traçar uma análise histórica dos conceitos, tendo por marco teórico principal Koselleck. Este trabalho analisa o conceito de desenvolvimento sustentável desde sua concepção em 1987 no Relatório Nosso Futuro Comum até a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, em 2012.

Assim saímos da proposta inicial de analisar a temática ambiental das relações internacionais no Brasil, onde o tema era bastante amplo porém limitado ao contexto brasileiro para um tema mais específico, o desenvolvimento sustentável, abrangendo não só o contexto brasileiro com base na análise dos PPGRIs do Brasil acima citados mas, também a partir da perspectiva internacional pois, as fontes primárias não se limitam às dissertações e teses, mas inclui artigos jornalísticos internacionais de amplo alcance, quais sejam, New York Times e Le Monde Diplomatique e o Globo pois, transcreveram as notícias dos jornais impressos, possibilitando uma análise objetiva encontrados em acervos digitais sobre o período histórico aqui em análise bem como uma bibliografia referência para o melhor entendimento do tema.

É importante ressaltar que as fontes consultadas possuem as seguintes limitações: os artigos jornalísticos consultados tratam especificamente das conferências ambientais da ONU e do desenvolvimento sustentável dos anos de 1972, 1987, 1992, 2002 e 2012, somente foram analisadas as dissertações e teses disponíveis nos acervos digitais ou banco de dados das universidades.

O conteúdo do trabalho está organizado em cinco partes: a primeira é esta introdução; a segunda trata sobre o marco teórico, isto é, a história dos conceitos, suas características e categorias analíticas; a terceira aborda os antecedentes históricos do conceito de desenvolvimento sustentável, ou seja, o Relatório do Clube de Roma e a Conferência de Estocolmo, além de apresentar algumas definições do conceito, incluindo a do Relatório Brundtland; a quarta analisa o conceito a partir de três conferências da ONU sobre meio

ambiente: Rio 92, Rio +10 e Rio +20 e, por fim, a quinta compreende as considerações finais do trabalho.

2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL A PARTIR DA HISTÓRIA DOS CONCEITOS

Este capítulo apresenta o marco teórico e sua aplicação no objeto da pesquisa: o conceito de desenvolvimento sustentável. Assim, divide-se em três seções principais, onde apresenta-se (i) a definição de conceito, suas características, funções e tipologias, bem como a história dos conceitos e sua estrutura temporal; (ii) as categorias analíticas: sincronia, diacronia, espaço de experiência e horizonte de expectativa; além da semântica e polissemia. Explora-se, portanto, os pontos da história dos conceitos, adaptando suas explicações e caracterizações ao conceito de desenvolvimento sustentável. Considerou-se oportuno a criação de tipos ideais da abordagem de desenvolvimento sustentável encontrado nas dissertações e teses: teórica, prática e mista, a fim de clarificar alguns padrões, representados por meio de gráficos.

2.1 HISTÓRIA DOS CONCEITOS

De acordo com Koselleck (2020, p.17-18), a história de conceitos existe desde o século XVIII, tendo a expressão história dos conceitos vindo de Hegel. No entanto, somente a partir dos anos 1930, a história social e dos conceitos foi sistematizada, representando uma ruptura com conceitos de história ideal e do espírito e, também, com a história política factual (KOSELLECK 2020, p.17-18). Esta subseção está organizada em duas partes: a primeira trata especificamente dos conceitos, ou seja, sua definição características, funções e tipologias como mencionada anteriormente, seguido da apresentação do campo de estudo história dos conceitos e a estrutura temporal dos conceitos; e, no segundo momento será descrito e explicado as categorias analíticas deste marco teórico.

2.1.1 Conceitos

Para que se entenda a história de conceitos, primeiramente é necessário compreender o que esta perspectiva entende por conceito. Para Barros (2016, p.26-27), trata-se de uma “ideia operacionalizada por certa área de estudo”, “servindo como ponto de apoio para gerar determinado conhecimento” (BARROS, 2016, p.26-27). Cervo (2008, p.20), na mesma perspectiva, afirma que os conceitos reúnem o conhecimento, e, portanto, são uma mistura da reflexão vinda da “observação da vida política e da realidade econômica, social e histórica” (CERVO, 2008, p.20). Por fim, Koselleck (2020, p.65-66) aponta que os conceitos são

elementos integradores de experiências que possibilitam a “compreensão do que aconteceu, ou seja, ou passado, do que está acontecendo (o presente) e, possivelmente, condicionar respostas para os desafios futuros” (KOSELLECK, 2020, p.65-66).

Algumas características são: centralidade, ser discutível, problematizável, generalizável e abrangente, o fato de não ser definitivo, ou seja, pode mudar e possui vários componentes (BARROS, 2016, p.27, 41, 80 e 116). Além disso, analisa o objeto em um contexto, e não de forma isolada, a fim de tornar algo compreensível, transforma a unidade de comunicação (palavra) em unidade de conhecimento (conceito), fundamental quando é insubstituível, controversos quando pesquisadores assumem sua definição como a única correta (BARROS, 2016, p.27 e 41; KOSELLECK, 2020, p.107-108). Atualmente o desenvolvimento sustentável tem sido bastante central, discutível, problematizado na perspectiva das relações internacionais, sendo seu grau de generalização e abrangência os principais pontos criticados pela literatura.

Os conceitos devem comunicar, organizar, generalizar, comparar, problematizar o conhecimento ao construir “imagens [ou representações] da realidade” e não capturá-la ou resgatá-la (BARROS, 2016, p.36 e 40). Quanto maior a possibilidade de aplicação (extensão), menor a delimitação (compreensão) e vice-versa (BARROS, 2016, p.72). O conceito de desenvolvimento sustentável tem sido muito criticado por ser muito amplo e muitas vezes de difícil compreensão por ter alto nível de abstração. Além disso, os conceitos podem ser agrupadores ou transversais: os primeiros abrangem uma quantidade ampla de objetos e fenômenos isolados e os segundos são generalizadores já que remetem a experiências e processos que reaparecem em contextos variados e realidades diversas (BARROS, 2016, p.45-47).

A literatura crítica do desenvolvimento sustentável aponta que os valores apresentados pelo conceito não são universais, pelo contrário, tem como sua origem e finalidade o Norte Global (ATAPATTU, et.al, 2021; REDCLIFF; SPRINGETT, 2015, p.6, tradução nossa). Entende-se aqui que o conceito de desenvolvimento sustentável se adequa na categoria de conceitos transversais já que está presente nas discussões do sistema internacional de forma mais visível a partir do início dos anos 1990 e, pelo menos alguns defendem que abrangem diversas realidades se não todas, e outros tantos que acreditam que as realidades refletidas não são tão diversas assim.

Críticas são feitas aos conceitos que não refletem na prática a definição teórica, nas palavras de Barros (2016), não seguem a “regra da conversibilidade” assim como aqueles que não levam em consideração o contexto em que está sendo formulado (BARROS, 2016,

p.124-25). Ressalta-se a importância de uma “delimitação bastante clara do (s) uso (s) que se pretende atribuir a uma determinada expressão chave”(BARROS, 2016, p.126) .

Isso porque, o emprego do conceito aqui em análise tem sido feito de forma completamente descriteriosa, referindo-se a tantas coisas que no fim se torna vago, para além da sua natureza, chegando a quase perder significado, tornando-se algum tipo de adjetivo, algo para qualificar algum substantivo, por exemplo: a economia, a sociedade, o desenvolvimento, os produtos, o comércio somente são bons se forem sustentáveis sem necessariamente ter ciência do que isso significa. Devido a essa confusão interpretativa, foi deixado de lado propositalmente a discussão se desenvolvimento sustentável e sustentabilidade são sinônimos. Inclusive é um importante objeto a ser investigado num futuro próximo.

2.1.2 História e historicidade dos conceitos

Para interpretar a complexidade do que entendemos por desenvolvimento sustentável atualmente é necessário ter ciência de que todos os conceitos e palavras passam por processos de construção e significação, sendo influenciados e influenciando o meio em que se encontram. É possível investigar este processo por meio de uma análise conceitual, podendo ser abordada a partir de inúmeras perspectivas, dentre elas a histórica, a científica ou crítica (política) (BERENSKOETTER, 2017, p. 151, tradução nossa).

Este trabalho adota a perspectiva histórica porque entende que é preciso desprender-se das armadilhas dos anacronismos, ou seja, buscar entender os fenômenos como produto seu do próprio tempo, assumindo a posição de uma testemunha ocular dos eventos. A utilização deste método é justificada pelo fato de que percebe-se o mérito dos avanços por etapas considerando as possibilidades existentes na época ao invés de julgá-los de acordo com a realidade atual. Acredita-se que é impossível ser totalmente imparcial já que tem-se uma construção social, cultural e histórica estabelecida, porém nenhum esforço é desperdiçado e deve ser fortemente encorajado.

Trata-se de um modelo de pesquisa denominado “história de conceitos” ou “história dos conceitos” que confere centralidade à linguagem nas experiências nas ciências e na sociedade (KOSELLECK, 2020, p.107). Analisa, então, experiências e estados das coisas e como estes são conceitualizados a partir de comparações a fim de verificar possíveis divergências e convergências entre o fenômeno escolhido e o contexto em que se encontra (KOSELLECK, 2020). Portanto, “examina tanto a história que produz as mudanças

conceituais como um todo, como as variações diacrônicas atinentes a um único conceito em estudo” (BARROS, 2016, p.63).

Dentre os principais pontos, a abordagem adotada busca “descrever a modificação dos conceitos e sua causa considerando os diversos significados que lhe foram atribuídos ao longo do tempo, a fim de entender melhor o seu lugar ao longo da história”(BERENSKOETTER, 2017, p.161-162, tradução nossa). Assim, é possível dizer que história e conceito integram “um processo de co-construção, o conceito sempre alterando a história seja no sentido teórico, por meio de discussões científicas, seja no sentido prático, nas agências políticas e sociais” (BARROS, 2016, p.52 e 64).

As histórias dos conceitos possuem algumas tendências, uma delas é quando um conceito ganha popularidade e é disseminado, logo busca-se encaixá-lo em várias situações que não lhe cabem, o que leva a necessidade de criação de novos conceitos. Outra tendência apontada é quando a popularidade distorce o conceito ao extrapolar os limites da abrangência de significados, retornando ao significado simples, original e até mesmo primeiro. Por fim, a última tendência apresentada é quando o conceito adquire tanto destaque que o leva à banalização, vai perdendo o sentido e por esse motivo é substituído (BARROS, 2016, p.62-63).

A propagação de um conceito é uma faca de dois gumes pois, ao mesmo tempo que pode levar à sua banalização, também pode levar a sua fixação na linguagem ou discurso social, política (o) e científica (o). Entende-se aqui que a intensa propagação do conceito de desenvolvimento sustentável condicionou que este se perdesse em inúmeros significados e interpretações, levando a sua banalização, como será apresentado ao longo do trabalho.

2.1.3 Estrutura temporal dos conceitos

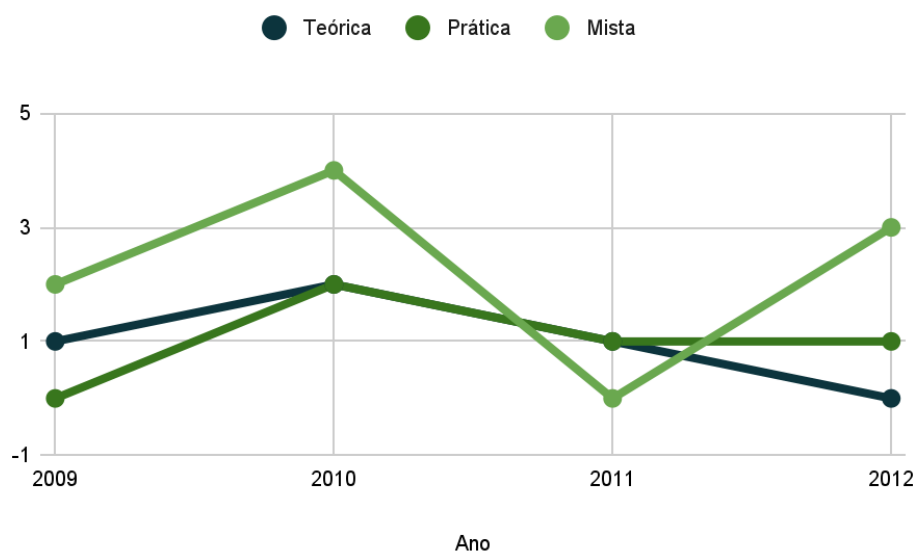
Koselleck (2020) afirma que os conceitos possuem uma “complexa estrutura temporal interna”, sendo possível separar períodos no tempo a partir da maneira que o conceito é utilizado (KOSELLECK, 2020, p.103). O autor chama essa periodização de “estratos do tempo” devido à impossibilidade de uma ‘história total’ quando busca-se uma interpretação adequada, acrescentando que “um conceito possui valências temporais diferenciáveis” e que “estruturas temporais nunca podem ser fixadas ontologicamente” (KOSELLECK, 2020, p. 20, 106 e 108). “O assim chamado contexto desempenha um amplo papel, pois sem ele, nenhum significado de uma palavra individual pode ser transmitido” (KOSELLECK, 2020, p.63). No capítulo quatro será explorado os possíveis estratos temporais do conceito de desenvolvimento sustentável.

Os três tipos de fontes que são sugeridas por Koselleck (2020) que auxiliam a reconstrução da história de um conceito são: “(i) jornais e cartas, (ii) léxicos e dicionários e (iii) textos clássicos” (KOSELLECK, 2020, p.104-105). Para reconstruir a história do conceito de desenvolvimento sustentável utilizou-se, como mencionado, artigos jornalísticos internacionais de grande circulação disponíveis em acervos digitais e capítulos de livros que analisam a história das relações internacionais deste período. Será apresentado e discutido no próximo capítulo o que os dicionários definem por desenvolvimento sustentável e um panorama da discussão da literatura especializada.

A partir desta análise, o conceito de desenvolvimento sustentável foi sistematizado da seguinte forma: ao analisar as dissertações e teses percebeu-se um padrão na abordagem do termo desenvolvimento sustentável que se divide em três categorias: teórica, prática e mista. A primeira aborda o desenvolvimento sustentável como conceito, tema, agenda, questão, área, paradigma, modelo, discurso, algo a ser alcançado, idealizado. Já a segunda aborda promoção do desenvolvimento sustentável, o termo promoção entendido aqui como sinônimo de dar impulso, pôr em execução, gerar, provocar; eventos, estratégias, instrumentos e políticas de desenvolvimento sustentável. A terceira é uma combinação dos dois.

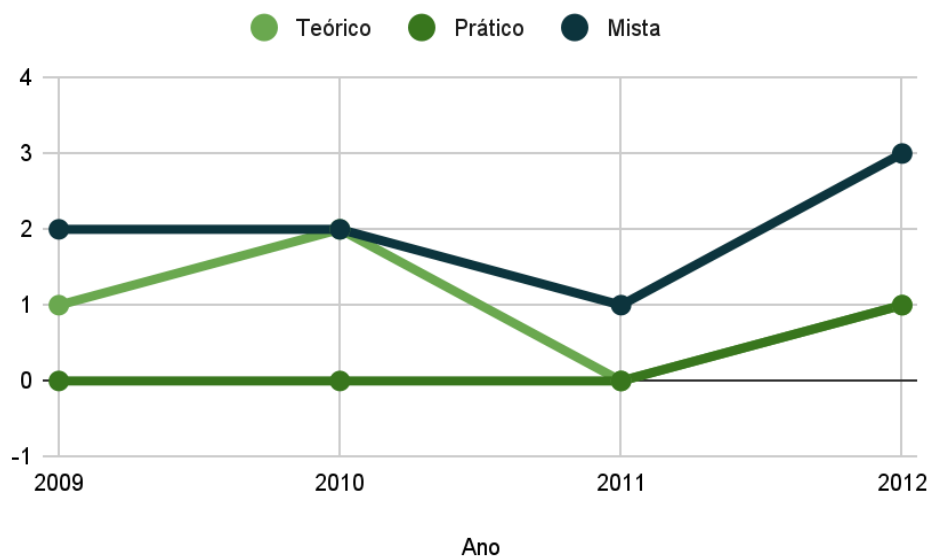
Os cinco gráficos abaixo apresentam como se configuram as abordagens dos programas de pós-graduação em RI melhor avaliados pela CAPES em 2017. Os três primeiros demonstram as abordagens das dissertações e, os dois últimos, as teses.

Gráfico 5 - Abordagens do desenvolvimento sustentável em dissertações da PUC - Minas (2009-2012)



Como é possível observar no gráfico acima, as dissertações do programa de pós graduação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas) mais utilizaram o conceito desenvolvimento sustentável a partir de uma perspectiva mista, com destaque para os anos 2009, 2010 e 2012. As abordagens teórica e prática, no geral, foram utilizadas em quantidades semelhantes porém em anos diferentes: em 2009, a abordagem teórica foi a segunda mais utilizada e, em 2012, a prática vem logo depois da abordagem mista. Nos anos 2010 e 2011, as abordagens teórico e prática foram utilizadas na mesma quantidade.

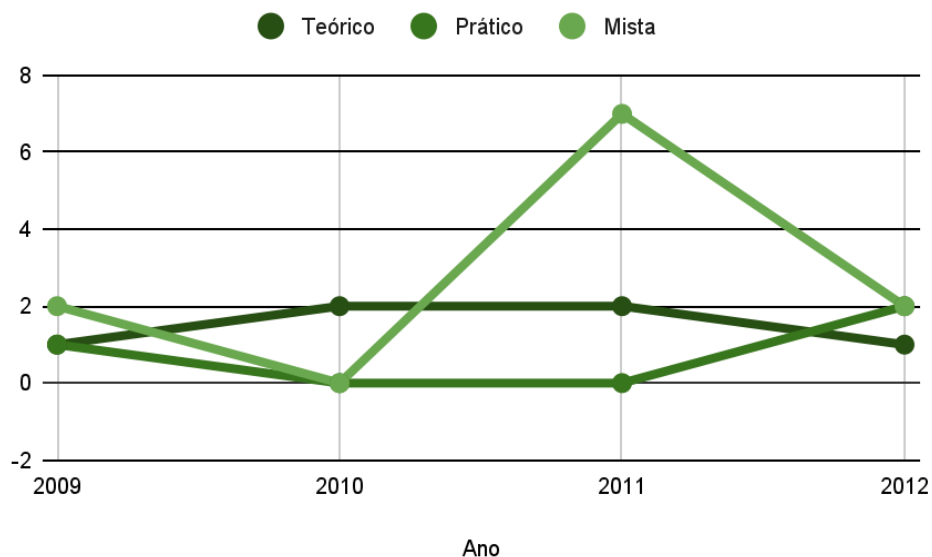
Gráfico 6 - Abordagens do desenvolvimento sustentável em dissertações da PUC Rio (2009-2012)



Fonte: Análise de dissertações e teses dos respectivos PPGRIs elaborada pela autora

No caso das dissertações da PUC-Rio, a abordagem mais utilizada também é a perspectiva mista, com destaque nos anos 2009, 2011 e 2012, repetindo o padrão da PUC-Minas. No que tange às abordagens teórica e prática, em 2009, a primeira vem logo após a visão mista e, em 2012, é a abordagem prática que assume tal posição. Como o gráfico aponta em 2010, as abordagens mista e teórica se encontram, ou seja, são utilizadas na mesma quantidade e, em 2011, são as perspectivas teórica e prática que se encontram.

Gráfico 7 - Abordagens do desenvolvimento sustentável em dissertações da UnB (2009-2012)

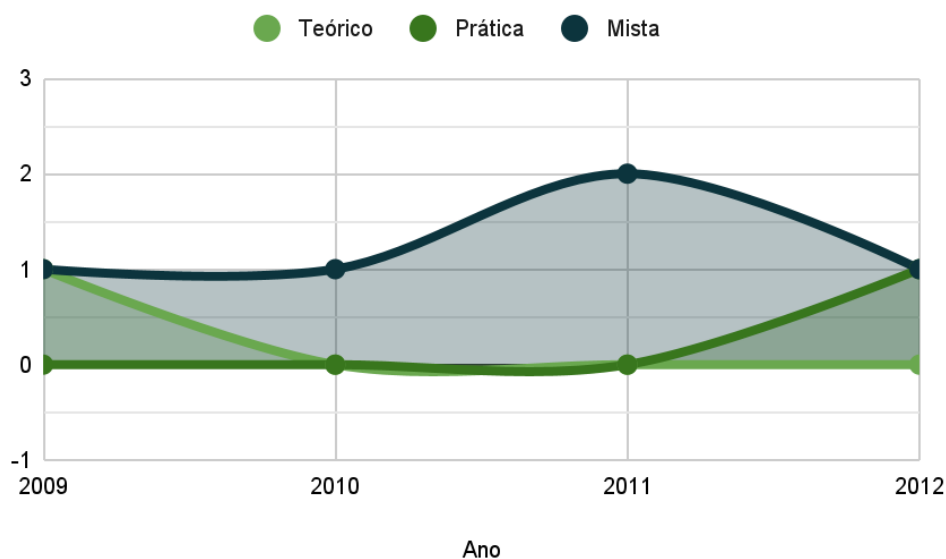


Fonte: Análise de dissertações e teses dos respectivos PPGRIs elaborada pela autora

O gráfico 7 mostra a configuração das abordagens das dissertações da Universidade Brasília. Assim como as dissertações das duas instituições analisadas acima, a abordagem mista é a mais utilizada, principalmente em 2009 e 2011, seguida da perspectiva teórica que é a mais utilizada em 2010. Em 2010, as abordagens mista e teórica foram utilizadas na mesma quantidade e, em 2012, o fenômeno ocorre com as visões mista e prática.

Agora que as dissertações de todas as três instituições escolhidas foram analisadas é a vez das teses. O gráfico acima apresenta como as abordagens do conceito de desenvolvimento sustentável aqui criadas foram utilizadas pelas teses da UnB entre 2009 a 2012. Em 2009, as abordagens mais utilizadas foram a mista e teórica, em 2010, a mista e, em 2012, a perspectiva mista e prática. Em segunda instância, nos anos 2010 e 2011, as noções teórica e prática foram utilizadas na mesma quantidade.

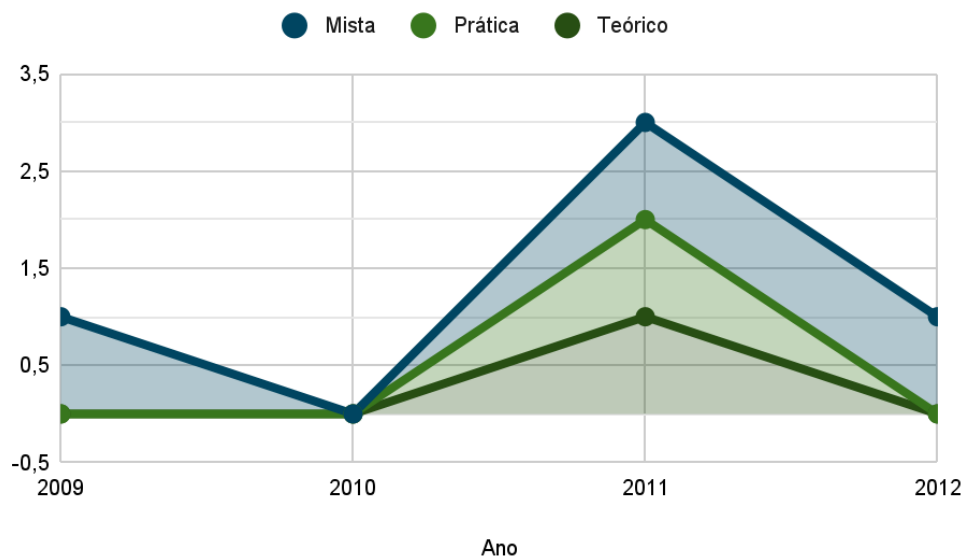
Gráfico 8 - Abordagens do desenvolvimento sustentável em teses da UnB (2009-2012)



Fonte: Análise de dissertações e teses dos respectivos PPGRIs elaborada pela autora

Por fim, as teses da PUC-Rio, abordam em primeiro plano, assim como todos os casos acima, a perspectiva mista do conceito de desenvolvimento sustentável, como é possível ver nos anos 2009, 2011 e 2012; e, em segundo plano, a abordagem prática, perceptível nos anos 2009 e 2011. Em 2010, todas as abordagens são utilizadas na mesma quantidade e, em 2012, é o caso das noções teórica e prática.

Gráfico 9 - Abordagens do desenvolvimento sustentável em teses da PUC - Rio (2009-2012)



Fonte: Análise de dissertações e teses dos respectivos PPGRIs elaborada pela autora

2.2 CATEGORIAS ANALÍTICAS

Até agora foram apresentadas as relações entre conceito e história, história dos conceitos e historicidade dos conceitos. Neste subcapítulo será desenvolvido a relação entre desenvolvimento sustentável e as categorias analíticas do modelo de pesquisa adotado, além da relação entre conceito e temporalidade.

A sincronia “tem em vista os acontecimentos na atualidade de sua condição presente” e a diacronia “tem em vista a dimensão de profundidade temporal, igualmente contida na atualidade de todos os acontecimentos”(KOSELLECK, 2020, p.28). Assim, “a história dos conceitos tematiza um vínculo análogo entre o discurso vocalizado, no plano sincrônico, e a linguagem previamente dada e sempre efetiva no plano diacrônico" (BARROS, 2016, p.61).

Este trabalho é diacrônico devido a sua organização cronológica e linear ao analisar o conceito de desenvolvimento sustentável levando em consideração o contexto histórico ao mesmo tempo que é sincrônico ao considerar o período entre 1987 a 2012 um só processo deixando de lado questões referentes à cronologia e a evolução dos eventos, suas e características e condicionantes.

A semântica é um método científico que estuda as mudanças conceituais que acontecem num cenário de repetição, onde as palavras são polissêmicas, ou seja, possuem vários significados (BARROS, 2016, p.69 e 101). As mudanças conceituais acontecem a partir de repetições, visíveis quando novos conceitos surgem, mas o processo de mudança pode ter ocorrido antes (BARROS, 2016, p.33, 36 e 66). A mudança da realidade leva a criação de novos conceitos, assim como a mudança de conceitos podem gerar uma nova realidade (BARROS, 2016, p.35). Aquilo que tem lugar de forma singular no curso do acontecer histórico só é possível porque as condições pressupostas se repetem com uma regularidade de longo prazo (BARROS, 2016).

No tocante à polissemia, os conceitos ganham e perdem diversos significados ao longo do tempo, constituindo assim uma “estrutura interna multifacetada” (BARROS, 2016, p.99). Estes significados refletem os espaços de experiência, horizonte de expectativas e a realidade atual, portanto “transcendem a realidade contemporânea" (BARROS, 2016, p.100-101). Assim, a polissemia se dá em uma mesma época e em épocas diferentes, isto é, de forma diacrônica e sincrônica (BARROS, 2016, p.61) São flexíveis ao transitar entre “rigidez científica e a fluidez filosófica” (BARROS, 2016, p.60). Dada a polissemia de um conceito, é importante deixar claro qual significado será utilizado.

Tratando-se das categorias analíticas espaço experiência e horizonte expectativa é de extrema importância ressaltar suas funções basilares para este estudo já que, segundo Koselleck (2006, p.306), “a diferença temporal entre espaço de experiência e horizonte de expectativa é denominada progresso” uma vez que a presente proposta é analisar o progresso conceitual do desenvolvimento sustentável (KOSELLECK, 2006, p.306 e 320).

O espaço de experiência diz respeito ao conhecimento adquirido mediante os acontecimentos e situações vividas, ao “passado atual”, ao que já aconteceu e o horizonte de expectativa diz respeito ao que se espera que aconteça no futuro, o “ainda não experimentado” (KOSELLECK, 2006, p.309). Assim, “juntas entrelaçam passado e futuro”, “dirigem ações concretas no movimento social e político” e “mostram o tempo histórico em mutações” (KOSELLECK, 2006, p.306 e 322).

De acordo com o autor, “todas as histórias foram constituídas pelas expectativas das pessoas que atuam ou sofrem” (KOSELLECK, 2006, p.306). Assim, este trabalho busca identificar os espaços de experiência e horizontes de expectativas dos indivíduos que participaram do período histórico aqui analisado, bem como o progresso adquirido gradativamente já que “a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias” (KOSELLECK, 2006, p.309-310). Neste trabalho a proposta é decifrar os espaços de experiência e horizonte de expectativa tanto das pessoas que presenciaram os eventos aqui em análise, das pessoas analisaram ao longo do tempo, quanto de quem desenvolveu esta pesquisa.

Os conceitos “contém diferentes graus de profundidade” e são “compostos de significados passados e expectativas de futuro com pesos diversos”: “quanto mais reduzidos os conteúdos de experiência, maiores as expectativas” (KOSELLECK, 2020, p.76). “No entanto, é preciso ter cuidado de não reduzir a história efetiva exclusivamente à eficácia desses conceitos fundamentais” (KOSELLECK, 2020, p.76).

Não somente o analista do processo, mas as pessoas que fizeram parte dele (decision makers e policy makers, por exemplo) tiveram experiências e expectativas diferentes que contribuíram para o que se entende por desenvolvimento sustentável hoje, bem como a tradução da teoria em prática. Estas diferenças são acentuadas pelo fato de que o período aqui analisado (1987-2012) abarca momentos históricos marcados por profundas transformações desde a Guerra Fria, à Guerra ao Terror, a crise de 2008 e a ascensão da China como potência, por exemplo, além de que os as partes influenciadas por estas dinâmicas, arrisca-se dizer, nunca estiveram verdadeiramente em pé de igualdade, embora assim pareça. Portanto, a partir da história dos conceitos, da obra de Koselleck, propõe-se a analisar o processo

construção, ressignificação e reificação do conceito de desenvolvimento sustentável, portanto, por intermédio da semântica.

2.3 A RELAÇÃO ENTRE CONCEITO E TEMPORALIDADE

Existem quatro situações entre mudança conceitual e contextual: a primeira é aquela em que tanto o significado da palavra quanto o contexto permanecem os mesmos ao longo do tempo; a segunda é quando o significado da palavra permanece mas o estado das coisas muda; a terceira é o contrário da segunda, onde a palavra muda mas a realidade não e, por fim, na quarta situação, “o estado das coisas e o significado das palavras desenvolvem-se de forma diferente, a anterior correspondência não pode ser entendida, somente por meio do método de investigação histórica” (KOSELLECK, 2020, p.69,70 e 97). Por se tratar de modelos ideais não é possível, pelo menos é o que se entende, aplicar somente um deles na realidade.

Assim, ao tentar aplicá-los ao conceito de desenvolvimento sustentável e sua trajetória, percebe-se que o primeiro modelo não se adequa porque a realidade, o contexto ou o estado das coisas, como queira chamar, não é mesmo já que, no início dos anos 1990, o sistema internacional passou por diversas mudanças, dentre elas, a consolidação de regimes democráticos capitalistas liberais, pelo fim da Guerra Fria e pelo fenômeno da globalização. O ponto para debate é: em 2002, o conceito de desenvolvimento sustentável ganhou mais características mas não perdeu as anteriores, então devemos considerar que o seu significado mudou ou não? Se o significado permanece o mesmo é possível considerar que a trajetória do conceito de desenvolvimento sustentável se adequa ao segundo modelo.

No que diz respeito à mudança no estado das coisas, é possível dizer que as dinâmicas no sistema internacional mudaram entre 1987 a 2012, são as mesmas só que mais complexas, ou mudaram tornando-se mais complexas? Se considerarmos que a realidade é a mesma, mas que a palavra mudou, contrariando o que foi dito anteriormente, a trajetória conceitual de desenvolvimento sustentável se adequa ao terceiro modelo. Finalmente, se considerarmos que tanto o estado das coisas quanto o significado da palavra mudou, então a “experiência histórica” de desenvolvimento sustentável pode ser representada pelo quarto modelo.

Como dito acima, é possível que a trajetória do conceito aqui em análise seja um pouco das quatro situações, dependendo do ponto de vista do analista. Aqui considera-se que a história do conceito de desenvolvimento sustentável é uma mescla entre o segundo e o quarto modelo. O processo de mudança contextual e conceitual são intrínsecos: a mudança de contexto leva a criação de novos conceitos assim como a mudança conceitual leva a novas realidades, portanto, os processos estão interligados de maneira fluída.

A partir de então sugere-se quatro caminhos levando em consideração a mudança de significado do conceito de desenvolvimento sustentável: o primeiro seria entrar num consenso de que o significado de desenvolvimento sustentável não é o mesmo porque a realidade mudou, a segunda seria considerar a possibilidade de substituir o conceito já que a realidade em que ele foi criado não existe mais, terceiro, aceitar a polissemia mas deixar claro qual perspectiva será adotada ou, por fim, criar ou ressignificar outro conceito de forma semelhante ao que Robert Dahl (2005) fez com a concepção de democracia adotando o termo poliarquia para indicar o tipo de governo com ideias democráticas já que, segundo sua perspectiva, a democracia é um ideal impossível de ser alcançado.

Segundo Berenskoetter (2017), a história dos conceitos⁴ um conceito passa por quatro estágios: criação, quando o este é estabelecido, concretização (reificação), quando um significado predomina tornando-se senso comum; transformação ou modificação (ressignificação), quando se adquire novo(s) significado(s) e; desaparecimento, quando cai em desuso (BERENSKOETTER, 2017, p.162, tradução nossa).

Tendo em vista que a história do conceito de desenvolvimento sustentável está fortemente ligada ao amadurecimento da agenda ambiental na ONU e desta instituição como um todo, no capítulo a seguir será analisado as Conferências das Nações Unidas sobre meio ambiente e seu contexto histórico a fim de explorar as dinâmicas destes com o aprimoramento do conceito em análise.

⁴ concept history ou history of concept, em inglês

3 ANTECEDENTES E DEFINIÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Este capítulo aborda alguns acontecimentos prévios ao desenvolvimento sustentável até sua definição em 1987. Num primeiro momento, ao discorrer sobre os eventos anteriores, serão mencionados o Clube de Roma e a Conferência de Estocolmo e, em seguida, serão expostas algumas das principais definições de desenvolvimento sustentável: a cunhada pelo Relatório Brundtland, a dos dicionários e, por fim, as acepções da literatura especializada, incluindo as críticas

3.1 CLUBE DE ROMA E LIMITES PARA O CRESCIMENTO

No período que antecede a concepção do conceito de *desenvolvimento sustentável*, outros termos foram utilizados para expressar a ideia de um desenvolvimento preocupado com as questões ambientais. Foi empregado, por exemplo, o conceito de ecodesenvolvimento⁵, o “neologismo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente” (VEIGA, 2015, p.24) , a ideia de uma forma alternativa de desenvolvimento, definido como:

[...]o desenvolvimento que em cada ecorregião insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais as necessidades imediatas como também aquela a longo prazo (NUNES, 2002, p.626).

Atualmente, na literatura, há autores que utilizam o ecodesenvolvimento como sinônimo de desenvolvimento sustentável e há quem aborda-os como conceitos distintos (NUNES, 2002, p.626). De acordo com Leff (1994 apud RIBEIRO, 2001, p.111), o Relatório Que Faire resultado da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento em Cocoyoc no México em 1975, atualiza o termo para desenvolvimento sustentado: “ecodesenvolvimento como a relação harmoniosa entre a sociedade e seu meio ambiente natural legado à sua interdependência local” (LEFF, 1994 apud RIBEIRO, 2001, p.111).

O inédito no conceito de desenvolvimento sustentável foi a junção dos dois termos pois, a expressão sustentabilidade já era utilizada há muito tempo, só que combinada a outras palavras (VEIGA, 2015, p. 25-26). No relatório do Clube de Roma, *Limits to Growth*, por

⁵ Proferida pela primeira vez por Maurice Strong, diplomata canadense e ex - subsecretário geral das Nações Unidas, em 1973 (Nunes, 2002, p.626) e definida por Sachs em 1974 como “estilo de desenvolvimento particularmente adaptado às regiões rurais do Terceiro Mundo, fundado em sua capacidade natural de fotossíntese” (RIBEIRO, 2001, p.110).

exemplo, há menção à "condição de estabilidade ecológica e econômica sustentável no longo prazo" e, em principal diretiva do "sistema mundial" ser sustentável sem brusco e incontrolável colapso (VEIGA, 2015, p. 25). Apareceu também no artigo de 1972 do *The Ecologist, Blueprint for Survival*, que tratou sobre “objetivo sustentável” (VEIGA, 2015, p. 25). Além destes, houve a combinação de “economia sustentável”, “sociedade sustentável” (VEIGA, 2015, p. 25-26).

De acordo com Veiga (2015, p.26), até 1970 era utilizada a expressão “Máximo Rendimento Sustentável” cujas “origens remontam às primeiras tentativas de estabelecer critérios para melhorar a exploração das florestas” (VEIGA, 2015, p. 25-26). Após este período, “objetivo sustentável” foi utilizado para o que “fosse desejado para as sociedades humanas futuras” (VEIGA, 2015, p. 27). A sustentabilidade foi relacionada ao desenvolvimento pela primeira vez em 1979 por W. Burger, em um seminário do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente intitulado “A busca de padrões sustentáveis de desenvolvimento”, juntamente com o progresso da ciência que tornava mais confiável e suas previsões sobre o impacto humano no meio ambiente mais assertivas (VEIGA, 2015, p. 24-27).

De acordo com o site oficial do Clube de Roma:

O Clube de Roma é uma plataforma de diversos líderes de pensamento que identificam soluções holísticas para questões globais complexas e promovem iniciativas e ações políticas para permitir que a humanidade emergja de várias emergências planetárias (CLUB FROM ROME).

Juntamente com a Associação Potomac, o Massachusetts Institute of Technology e o MIT quatro anos após a primeira reunião do grupo em abril de 1968 em Roma, o Clube de Roma lançou um relatório do Projeto sobre o Dilema da Humanidade (Project on the Predicament of Mankind, em inglês): Limites do Crescimento⁶ (MEADOWS et. al. 1972).

Este relatório é a base da Conferência de Estocolmo já que os pontos centrais debatidos no documento são também as bases das discussões da primeira conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente. Em linhas gerais, o Relatório do Clube de Roma problematiza a natureza e os limites do crescimento populacional e econômico, que engloba a produção e consumo de alimentos, além da disponibilidade de terra cultivável, bem como a disponibilidade e o consumo de recursos naturais não renováveis, especificamente o cromo. Relaciona o crescimento populacional e econômico com o crescimento da poluição. O

⁶ Limits to Growth, em inglês

aumento populacional ultrapassaria a capacidade de produzir alimentos, por isso “a sociedade moderna se encaminha para a autodestruição” por isso, trata-se de “uma perspectiva quase apocalíptica” (LAGO, 2012, p.25).

Um dos principais méritos de Limites do Crescimento foi o reconhecimento de que os problemas relacionados à pobreza, meio ambiente, instituições e economia estavam interligados e precisavam de ações na mesma perspectiva: “a mudança em um dos elementos significa mudança nos demais” (MEADOWS et. al. 1978, p.11).

3.2 CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano⁷ (CNUMAH), a “primeira conferência mundial sobre meio ambiente” aconteceu nos dias 6 a 15 junho de 1972, na capital da Suécia, Estocolmo e seu objetivo principal foi criar uma base de conscientização do problemas do meio ambiente humano no âmbito da ONU (SOHN, 1973, p.424-425; UNITED NATIONS).

O sistema internacional era marcado por uma fase da Guerra Fria em que os Estados Unidos e a União Soviética respeitavam-se mutuamente, durante a manifestação de seus satélites”, a chamada *détente* (RIBEIRO, 2001, p.81; SARAIVA, 2001, p.38). Neste período, portanto, “as duas superpotências perdem importância relativa nas definições do jogo internacional” (SARAIVA, 2001, p.38). A independência dos países africanos e asiáticos permitiu que esses tivessem voz nas organizações internacionais, como as Nações Unidas, em pé de igualdade jurídica em relação aos outros países, tendo por consequência a “politização ampliada dos organismos internacionais”, bastante presente nas negociações em Estocolmo (SARAIVA, 2001, p.39).

Os jornais internacionais de grande circulação que noticiaram o evento durante o seu acontecimento foram o The New York Times (29 notícias) e o Le Monde Diplomatique (uma notícia, porém de grande prestígio, redigida pelo secretário geral da Conferência, Maurice Strong). As matérias encontradas nos arquivos do The New York Times abordam temas ambientais, em geral, como o fim da pesca a baleia, a chuva de enxofre, a suspensão dos testes atômicos, a responsabilidade ecológica; além de acontecimentos da política internacional que impactaram de certa forma a Conferência, como: “URSS e aliados não participam por motivos políticos”, “denúncia da China da poluição dos Estados Unidos” e o confronto entre os dois países, além de tratar dos pontos e plano de coordenação. Os títulos em sua maioria são positivos e trazem expectativa com relação a conferência.

⁷ United Nations Conference on the Human Environment (UNCHE), em inglês.

Já a matéria do *Le Monde Diplomatique*, escrita por Maurice Strong sob o título “Um passo para a moralização da cooperação internacional⁸” aborda projeções positivas em relação à Conferência e previsões sobre mecanismos de comprometimento dos países como “um Programa Mundial de Avaliação Ambiental”, “atividades de gestão ambiental” e “um conjunto de medidas de apoio⁹” (LE MONDE DIPLOMATIQUE).

O impacto do cenário internacional nas discussões ambientais também é visível no engajamento dos ambientalistas nas questões relacionadas ao desarmamento e também pela presença ou ausência de países na Conferência, o leste europeu (a parte mais industrializada do bloco socialista na época), por exemplo, não participou pelo fato de a ONU ter negado voz e voto à Alemanha Oriental (RIBEIRO, 2001, p.80).

A ideia de uma reunião internacional sobre o meio ambiente surgiu da “indicação do Conselho Econômico Social das Nações Unidas em 1968”, que se preocupava em “controlar a poluição do ar e a chuva ácida dois dos problemas ambientais que mais inquietavam a população dos países centrais”. Em seguida, “a decisão da Assembleia Geral da ONU em realizar a Conferência de Estocolmo decorreu da necessidade de discutir temas ambientais que poderiam gerar conflitos internacionais” (RIBEIRO, 2001, p.73). Portanto, naquele momento, os países desenvolvidos eram os mais afetados pelos desastres naturais.

Dentre as principais características é relevante destacar: o crescimento zero (apoiado principalmente pelos países mais desenvolvidos), controle populacional e da poluição do ar, especialmente dos países periféricos, influência evidente do Clube de Roma. Além disso, havia preocupação a respeito de possíveis vazamentos de radiação nuclear, principalmente de urânio (RIBEIRO, 2001, p.79). É importante destacar que nesta época crescimento era sinônimo de desenvolvimento.

A simetria no posicionamento estava presente notavelmente no debate entre zeristas (representados em sua maioria por países desenvolvidos), defensores das premissas contidas em *Limites do Crescimento* e desenvolvimentistas (majoritariamente países em desenvolvimento), defensores da manutenção do crescimento (RIBEIRO, 2001, p.75). A opinião dos países em desenvolvimento foi levada em consideração, sendo mais tarde determinante nas negociações, graças aos esforços de Maurice Strong em suas viagens e encontros nestes países, tendo como resultado mais notável, o Relatório de Founex ou Relatório sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente¹⁰ que acrescentou ao debate ambiental da

⁸ Une étape vers la moralisation de la coopération internationale, em francês

⁹ Un programme mondial d'évaluation de l'environnement, des activités de gestion environnementale, un ensemble de mesures d'accompagnement, em francês

¹⁰ Report on Development and Environment, em inglês

conferência os aspectos econômicos e sociais, dando foco às discussões. (LAGO, 2012, p.45).

Ao propor que os países do Sul Global parassem de se desenvolver para evitar desastres ambientais causados pelo processo do desenvolvimento dos países do Norte - traz à tona reflexos do que Ha Joon Chang (2004, p.211, 214 e 223) chama de ‘chute na escada’ (CHANG, 2004, p.211, 214 e 223). Este ponto é reforçado pelo fato do tema ambiental ser debatido “cada vez menos do ponto de vista científico, e cada vez mais no contexto político e econômico” (LAGO, 2012, p. 28-29) É importante ressaltar que neste período os modelos de desenvolvimento ocidental e socialista eram questionados (LAGO, 2012, p. 22).

Finalmente, “a posição dos países do Sul Global prevaleceu e estes puderam continuar seu desenvolvimento, porém com os impactos ambientais” (RIBEIRO, 2001, p.80). A Conferência de Estocolmo teve três principais conclusões: Declaração de Estocolmo (com 26 princípios); Plano de Ação e o PNUMA¹¹ (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) (RIBEIRO, 2001, p.73; UNITED NATIONS). Por ser a pioneira, a conferência “marcou o ambientalismo internacional e inaugurou um novo ciclo nos estudos das relações internacionais”, permitindo “elevar o patamar de discussão dos temas ambientais a um nível antes reservado a temas de longa tradição diplomática (guerra e paz, por exemplo), no âmbito internacional e nacional também” (LAGO, 2012, p. 21-22 e 28; RIBEIRO, 2001, p.74). Para Wygant (2004, p.92) o legado que ficou é a possibilidade de países em desenvolvimento e desenvolvidos, Norte e Sul, negociarem importantes questões ambientais internacionais (WYGANT, 2004, p.92, tradução nossa). Além disso, Wygant (2004) afirma que entender a história da atmosfera política de Estocolmo é “crucial” para entender as negociações nos dias atuais, o que corrobora com a proposta aqui defendida (WYGANT, 2004, p.90, tradução nossa).

Desta maneira, é possível identificar dois espaços de experiência de atores que agiram ou foram afetados pelas negociações que foram cruciais na decisão resolução final da Conferência de Estocolmo: havia o espaço de experiência das duas guerras mundiais, o fato de a comunidade internacional vivenciar um período conturbado, similar aos dos tempos da Primeira e Segunda Guerra Mundial aos olhos do senso comum, naquele momento, o horizonte de expectativa também era a guerra, por isso todos temiam a iminência de uma Terceira Guerra Mundial e por esse motivo houveram inúmeros esforços para o controle de armamentos, principalmente os nucleares. Esta preocupação ocultou, de certa forma, a causa ambiental. Por outro lado, havia o espaço de experiência dos países do Sul Global que precisavam de desenvolvimento mesmo com os custos ambientais marcados por inúmeras

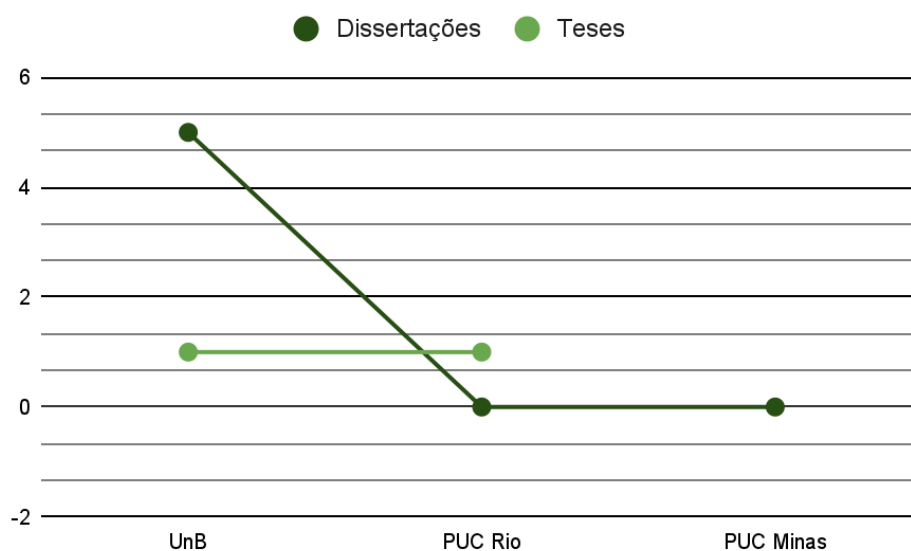
¹¹United Nations Environment Programme (UNEP), em inglês

dificuldades que se resolveriam com o crescimento imediato, em contraposição, ao dos países do Norte Global sofriam as consequências ambientais do seu desenvolvimento. O horizonte de expectativa dos primeiros era mais positivo do que o do segundo.

Portanto o espaço de experiência duas Guerras Mundiais e o horizonte de expectativa do medo de uma nova guerra de certa forma prejudicou desenvolvimento de uma agenda ambiental mais concreta naquele período, além das discrepâncias entre países do Norte e do Sul que, não foram superadas até hoje, podem ser explicadas pelo fato de os países possuírem espaços de experiências diferentes, fato que adiou um desenvolvimento satisfatório da questão ambiental no cenário internacional.

Sua importância, para além do exposto, pode ser visualizado no gráfico a seguir, que aponta as dissertações e teses que vinculam esta Conferência ao conceito de desenvolvimento sustentável.

Gráfico 10 - Estocolmo 72 nas dissertações e teses que mencionam o desenvolvimento sustentável (2009-2012)



Fonte: Análise de dissertações e teses dos respectivos PPGRIs elaborada pela autora

O gráfico acima mostra que as dissertações e teses que relacionam a Conferência de Estocolmo com o conceito de desenvolvimento sustentável. Apesar de as dissertações da PUC-Rio e PUC-Minas não mencionaram tal relação, os trabalhos que a fazem corroboram e enfatizam a visão da literatura especializada. Por exemplo, Lima (2009, p.73), Silva

(2011,p.7), Paloschi (2011,p.36), ao apontam a “grande ascensão da importância do tema ambiental dentro do sistema ONU e nas políticas domésticas de vários países”, “a abordagem do desenvolvimento sustentável forjada em Estocolmo” e a “questão ambiental nas Relações Internacionais que ganhou novo sentido a partir desta Conferência” (LIMA, 2009, p.73; SILVA, 2011, p.7; PALOSCHI, 2011, p.36).

3.3 DEFINIÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Após situar as dinâmicas internacionais que antecederam a definição de desenvolvimento sustentável que é parte de um grande processo de desenvolvimento da agenda internacional ambiental liderada pela ONU e estudada a fundo pelo Direito Internacional Ambiental. Nesta subseção, primeiramente será apresentada a definição elaborada pela Comissão Brundtland em seu Relatório de 1987 em seguida está primeira definição será comparada com as definições dos dicionários e da literatura revisada.

3.3.1 Relatório Brundtland

O conceito de desenvolvimento sustentável foi abordado pela primeira vez no relatório das Nações Unidas de 1987, Nosso Futuro Comum¹², elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecido como Relatório Brundtland¹³ por causa da presidente da Comissão, a primeira-ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland. O Relatório tinha por objetivo:

reexaminar as questões críticas relativas a meio ambiente e desenvolvimento, e formular propostas realísticas para abordá-las; propor novas formas de cooperação internacional nesse campo, de modo a orientar políticas e ações no sentido das mudanças necessárias; e dar a indivíduos, organizações voluntárias, empresas, institutos e governos uma compreensão maior desses problemas, incentivando-os a uma atuação mais firme (CMMAD, 1988, p.4) .

Após um período de avanço do multilateralismo nos anos 1960, caracterizado por Brundtland de década do “otimismo e do progresso”, os anos 1970 foram marcados por “reação e isolamento” e, os meados dos anos 1980 por “retrocesso das questões sociais” (CMMAD, 1988, XII-XIII). O “final dos anos 80 e início dos anos 90 caracterizado por uma conjuntura histórica de transformação”, pelo enfraquecimento da URSS, consolidação do capitalismo, época de diversas revoluções tecnológicas, bem como era apontado aos países

¹² Our Common Future, em inglês

¹³ Brundtland Report, em inglês

mais desenvolvidos a obrigação de auxiliar, a partir das instituições internacionais, os países do Sul global a se desenvolverem. Além disso, marca a inclusão de novos temas na agenda das discussões internacionais como o meio ambiente, saúde e direitos humanos (SARAIVA, 2001, p.91 e 122).

“Vivemos em uma era na história das nações onde há maior necessidade do que nunca de ações políticas coordenadas e responsáveis” afirma Brundtland na apresentação (CMMAD, 1988, p.2). Nesse sentido, a Comissão tinha o propósito de trazer o multilateralismo e o engajamento dos países, esquecidos há décadas atrás. Nas palavras da Comissão “não temos um plano detalhado de ação, e sim um caminho para que os povos do mundo possam ampliar suas esferas de cooperação” (CMMAD, 1988, p.2) .

Cronologicamente, o documento é elaborado alguns anos após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, sediada em Estocolmo, na Suécia, em 1972, e alguns anos antes da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, sediada no Rio de Janeiro, em 1992, onde o conceito de desenvolvimento sustentável passou a ser mais conhecido (LAGO, 2012, p.14 e 155).

O Relatório é dividido em três partes, possui 12 capítulos e 2 anexos. Apesar de todo relatório fazer referência ao desenvolvimento sustentável, o capítulo 2 é completamente dedicado a ele e a sua operacionalização. De acordo com o documento, “desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades” (CMMAD, 1988, p.46). Esta é a definição amplamente aceita e utilizada (LAGO, 2012; VEIGA, 2015).

É apontado também que o desenvolvimento sustentável possui dois conceitos-chave:

a necessidade dos países mais pobres que devem ser prioridade e as noções que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras (CMMAD, 1988, p.46) .

Além disso, é reiterado que podem haver várias interpretações desde que tenham por base o consenso sobre o conceito e as estratégias de desenvolvimento sustentável (CMMAD, 1988, p.46).

Ao longo do capítulo 2 a Comissão ressalta as dificuldades dos países em desenvolvimento e as obrigações dos países desenvolvidos, desta forma, ela afirma que deve haver “sustentabilidade em todos os países” e, para que isso aconteça, é necessário que todos tenham saciado suas “necessidades e aspirações básicas de uma vida melhor” (CMMAD,

1988, p.47). Assim, alguns objetivos de políticas ambientais e desenvolvimentistas são definidos:

- Retomar o crescimento
- alterar a qualidade do desenvolvimento
- atender às necessidades essenciais de emprego, alimentação, energia, água e saneamento;
- manter um nível populacional sustentável
- conservar e melhorar a base dos recursos
- reorientar a tecnologia e administrar o risco
- incluir o meio ambiente e a economia no processo de tomada de decisões (CMMAD, 1988, p.53).

Por fim, são feitas algumas exigências que devem ser os objetivos das ações nacionais e internacionais para o desenvolvimento sustentável:

- um sistema político que assegure a efetiva participação dos cidadãos no processo decisório
- um sistema econômico capaz de gerar excedentes e know how técnico em bases confiáveis e constantes
- um sistema social que possa resolver as tensões causadas por um desenvolvimento não equilibrado
- um sistema de produção que respeite a obrigação de preservar a base ecológica do desenvolvimento
- um sistema tecnológico que busque constantemente novas soluções
- um sistema internacional que estimule padrões sustentáveis de comércio e financiamento
- um sistema administrativo flexível e capaz de autocorrigir-se (CMMAD, 1988, p.70).

De acordo com Redcliff e Springett (2015, p.8-10) a abordagem do Relatório Brundtland é um “projeto político com o poder político de trazer mudança social desafiando a ideologia do capitalismo neoliberal”, já que busca por uma “reestruturação institucional de políticas, economias, burocracias, sistemas sociais de produção de tecnologia nacionais requerendo um novo sistema de comércio e financiamento internacional” (REDCLIFF; SPRINGETT, 2015, p.8-10). Assim, nessa perspectiva, entende-se que o desenvolvimento sustentável é aquele desenvolvimento sem alterar o mecanismo de funcionamento e transição natural do meio ambiente, com o mínimo de degradação possível, isto é, processo que salvaguarda possíveis impactos que o desenvolvimento pode causar na natureza e inclui políticas que entendam o desenvolvimento econômico e social associado ao bem estar dos recursos naturais, em poucas palavras a capacidade de arcar com custos ambientais do desenvolvimento.

Em última análise, Rogers et. al (2008, p.42) aponta que o desenvolvimento sustentável, segundo o Relatório Brundtland, “deve assentar na vontade política dos governos

como crítica econômica, decisões ambientais e sociais são tomadas” (ROGERS et.al, 2008, p.42).

3.3.2 Definição dos dicionários

Ao analisar o conceito de desenvolvimento sustentável a partir dos dicionários é possível aferir que o primeiro significado ou o único para o termo *sustentável* relaciona-se ao que é duradouro, que se sustenta ao longo do tempo. O dicionário de Cambridge além de apresentar a definição acima, mostra o termo sustentável relacionado ao meio ambiente, isto é, “causar pouco ou nenhum dano ao meio ambiente e assim ter a capacidade de continuar [a se desenvolver] por um longo tempo¹⁴” (CAMBRIDGE DICTIONARY).

Na proposta inicial do conceito de desenvolvimento sustentável, o sustentável referia-se à proteção ambiental, porém, a partir do momento em que as corporações, começam a liderar, a ganhar espaço, a se apropriar do conceito, a palavra sustentável passa a ser diretamente relacionada à definição de durabilidade e sustentação ao longo do tempo (CAMBRIDGE DICTIONARY).

De forma geral, percebe-se que o termo adquire um significado específico quando colocado junto ao desenvolvimento, formando a expressão desenvolvimento sustentável. Num primeiro momento, ou estrato temporal, o conceito de desenvolvimento sustentável era entendido de forma única, completa onde o seu significado não era traduzido a partir do significado singular de cada palavra que compõe a expressão: desenvolvimento e sustentável. Já no segundo estrato temporal, o significado de desenvolvimento sustentável passa a ser entendido a partir do significado singular das palavras que compõem a expressão. O significado da palavra / substantivo desenvolvimento não muda nos dois estratos, o que muda é o adjetivo, sustentável que, antes não era descolado do desenvolvimento pois teria outro significado.

3.3.3 Definições da literatura especializada

Para Zazzali (2002, p.41, tradução nossa), o desenvolvimento sustentável expressa “um mundo ideal onde sistemas naturais interagem realmente ou positivamente com sistemas construídos pelo ser humano permitindo a continuidade da vida” ou seja, a “evolução dos organismos vivos e dos ecossistemas” e a “evolução dos seres humanos incluindo sistemas culturais e materiais” (ZAZZALI, 2002, p.41, tradução nossa). Além disso, o autor defende o uso da expressão (desenvolvimento sustentável) que não perdeu significado com o tempo e

¹⁴ causing little or no damage to the environment and therefore able to continue for a long time.

afirma “não há desenvolvimento se esse não é sustentável” (ZAZZALI, 2002, p.42, tradução nossa). A cientificidade do conceito está na sustentabilidade pois, para ele, palavras como desenvolvimento “estão impregnadas de subjetividade e, por isso, de imprecisões; então será somente uma visão antropocêntrica, isso não é ruim é somente um dado da realidade” (ZAZZALI, 2002, p.42, tradução nossa).

Assim, o autor caracteriza o desenvolvimento sustentável como uma:

construção conceitual de caráter terminal desenvolvido pelo pensamento e pela cultura ocidental necessária para enfrentar com esperanças assertivas e a penalidade de um sistema em evidente crise ecológica e moral”. (ZAZZALI, p.46, 2002, tradução nossa).

O economista Ignacy Sachs (2004, p.36; 2009, p.58) afirma que o desenvolvimento sustentável é um “desafio planetário” que conquistou “avanços epistemológicos”, definido como “o duplo imperativo ético da solidariedade com as gerações presentes e futuras, e [...] a explicitação dos critérios de sustentabilidade social e ambiental e de viabilidade econômica” (SACHS, 2004, p.36; SACHS, 2009, p.58).

Por outro lado, Veiga (2015 p.7 e 46)), aponta que o desenvolvimento sustentável é um dos “mais generosos ideais da humanidade”, pois “exprime desejos coletivos enunciados pela humanidade, ao lado da paz, da democracia, da liberdade e da igualdade” e, por isso, é “usado de forma distorcida e ingênua desde sua emergência até a virada para a década de 1990” (VEIGA, 2015, p.7 e 46).

No Handbook sobre Desenvolvimento Sustentável da editora Routledge¹⁵, organizado por Redcliff e Springett (2015, p.22), o conceito é situado como “parte do processo histórico ligado à economia e às estruturas políticas transformando tanto existencialmente quanto pelo crescimento econômico mas inextricavelmente ligado à expansão e contração do sistema econômico mundial” (REDCLIFF; SPRINGETT, 2015, p.22). Na mesma perspectiva, Veiga (2015) afirma que “a história da ideia de desenvolvimento sustentável se concentrou na evolução das instituições internacionais” (VEIGA, 2015, p.23).

Já no Handbook sobre Justiça Ambiental e Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Cambridge¹⁶, elaborado por Atapattu et.al (2021, xvii, tradução nossa), é reiterado que a história do desenvolvimento sustentável é longa e controversa (ATAPATTU, et. al, 2021, xvii, tradução nossa). Na perspectiva delas, trata-se de “estrutura abrangente para governança ambiental e uma alternativa potencial de desenvolvimento econômico

¹⁵ Routledge Handbook of Sustainable Development, em inglês

¹⁶ Cambridge Handbook of Environmental Justice and Sustainable Development, em inglês.

dominante”, “meta baseada em valor para reconciliar a interconexão social, ambiental, sistemas mentais e econômicos de forma a preservar as opções para as gerações futuras” (ATAPATTU, et. al, 2021, p.3; GONZALEZ, 2021, p.101, tradução nossa).

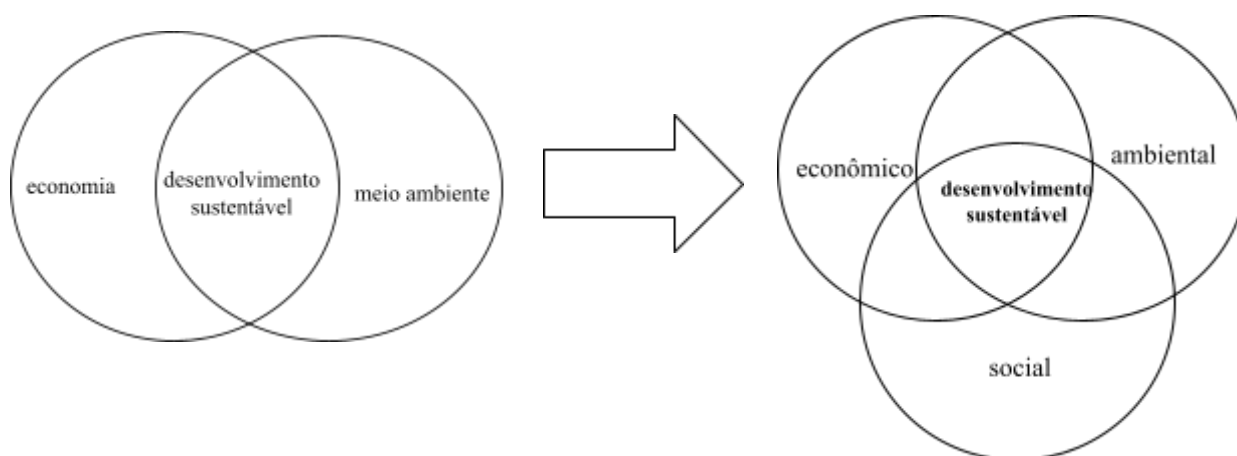
Em *Locating Nature*, livro organizado por Usha Natarajan e Julia Dehm (2022), Natarajan e Khoday (2022, p.27), em consonância com o Relatório Brundtland, apontam que o desenvolvimento sustentável trata da “capacidade de absorção e suporte dos ecossistemas naturais da justiça econômica, social e ambiental de forma equitativa nos âmbitos intergeracional e intrageracional (NATARAJAN; KHODAY, 2022, p.27, tradução nossa). As autoras observam também que o desenvolvimento sustentável contrapõe o pensamento iluminista de que o progresso humano fará o futuro parecer melhor que o passado ao enfatizar que os limites naturais são finitos (NATARAJAN; KHODAY, 2022, p.40, tradução nossa). Ainda neste livro, McCreary e Lamb (2022, p.214, tradução nossa) afirmam que o conceito assim como o desenvolvimento humano perduram por meio de “promessas perpétuas de um amanhã melhor, nunca um hoje melhor”(MCCREARY; LAMB, 2022, p.214, tradução nossa).

Zazzali (2002), Sachs (2004) e Leff (2006, p.165), diferenciam desenvolvimento sustentável de desenvolvimento sustentado, sendo que o primeiro leva em consideração a proteção ambiental durante o processo de desenvolvimento e o segundo refere-se ao desenvolvimento como crescimento econômico unicamente, deixando de lado a questão ambiental (ZAZZALI, 2002, p.46; SACHS, 2004, p.70; LEFF, 2006, p.165).

Até a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, o conceito de desenvolvimento sustentável tinha dois eixos centrais: o econômico e o ambiental. A partir da Cúpula das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, o conceito adquire o eixo social. A literatura denomina esses três eixos do desenvolvimento sustentável de *triple bottom line*, onde os aspectos econômico, social e ambiental possuem a mesma importância (ver Figura 1).

Rogers et al (2008, p.42, tradução nossa) conceituam o termo como o “processo dinâmico de mudança no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional são feitas consistentemente com as necessidades futuras e presentes” (ROGERS et.al, 2008, p.42 tradução nossa). Além disso, determinam os critérios operacionais baseados na perspectiva dos três pilares, indicando a interdependência entre eles, os principais determinantes (consumo, a produção e a distribuição), e fatores (pobreza, população, poluição, participação, falhas políticas e de mercado, incluindo boa governança, prevenção e gerenciamento de desastres) que governam o conceito (ROGERS et.al, 2008, p.45, 47 e 65, tradução nossa).

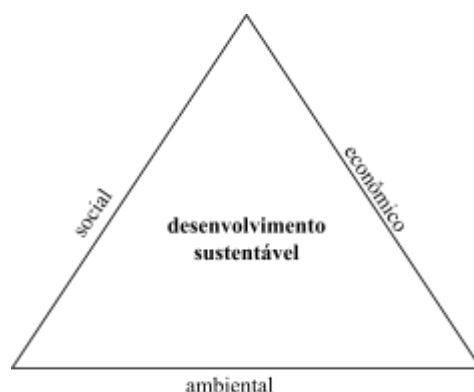
Figura 1 - O conceito de desenvolvimento sustentável da Rio 92 a Rio +10 segundo o Handbook de Cambridge



Fonte: Elaborada pela autora, baseado no Handbook de Cambridge

Já perspectivas como a de Cosens (2021, p.5 e 105, tradução nossa) e Collin e Collin (2021, p.115 e 129, tradução nossa) colocam o aspecto ambiental como a base ou o pilar dos aspectos econômico e social (ver Figura 2), pois “o bem-estar humano não pode ser alcançado sem priorizar um meio ambiente saudável para que o desenvolvimento econômico e social sejam possíveis” (COSENS, 2021, p.5 e 105, tradução nossa); COLLIN, COLLIN, p.115 e 129, tradução nossa). Petrova e Ferrando (2022, p.262-263, tradução nossa), pontuam que “o Direito Internacional e a Governança Global separam a natureza e o indivíduo sendo esses indissociáveis, esta separação permite a criação de conceitos com o de desenvolvimento sustentável e crescimento verde” (PETROVA; FERRANDO, 2022, p.262-263, tradução nossa).

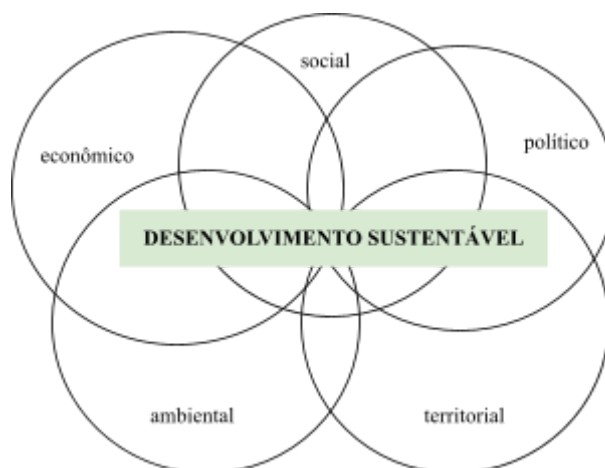
Figura 2 - O conceito de desenvolvimento sustentável (como deve ser) segundo Cosens (2021) e Collin, Collin (2021).



Fonte: elaborado pela autora, baseado Cosens (2021) e Collin, Collin (2021).

No entanto, há abordagens que complementam a perspectiva triple bottom line, considerando-a insuficiente. Na visão de Sachs (2004), por exemplo, o desenvolvimento sustentável vai além da perspectiva triple bottom line, ao possuir os cinco pilares: social, ambiental (“provedor de recursos e recipiente de resíduos”), territorial, econômico e político (governança democrática) (SACHS, 2004, p.15-16), sistematizados na Figura 3.

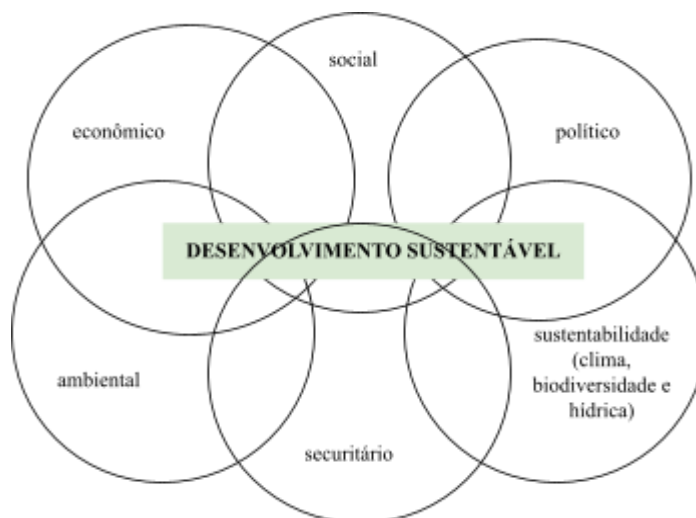
Figura 3 - Conceito de desenvolvimento sustentável segundo Sachs (2004) e Sachs (2009)



Fonte: Elaborado pela autora, baseado em Sachs (2004) e Sachs (2009)

Veiga (2015) também vai além da perspectiva dos três pilares, acrescentando as “dimensões da política e da segurança”, além da “climática, da biodiversidade ou hídrica” que dizem respeito ao aspecto da sustentabilidade do conceito, segundo o autor, representadas na Figura 4 (VEIGA, 2015, p.10 e 21-22).

Figura 4 - O conceito de desenvolvimento sustentável, segundo Veiga (2015)



Fonte: elaborado pela autora, baseado em Veiga (2015)

Nunes (2002, p. 628), de forma precisa, identifica as características marcantes das diversas definições de desenvolvimento sustentável:

a) crescimento econômico, ou expansão econômica; b) satisfação das necessidades do presente; c) preservação dos recursos naturais no presente e para as gerações futuras (exploração equilibrada), “um direito-dever entre gerações” a qualidade de vida humana e preservação e/ou melhoria dessa qualidade de vida para as gerações futuras. (NUNES, 2002, p.628).

Dentre os objetivos do conceito, são destacados: a busca por autonomia, “distribuição equitativa de poder e recursos, mudança de comportamento humano, redefinição do papel das instituições públicas, privadas e políticas, mudanças estruturais e de paradigmas (REDCLIFF; SPRINGETT, 2015, p.10, tradução nossa). Assim, é atribuído ao conceito “a capacidade de trazer à tona abordagens mais democráticas e inclusivas para viver com a natureza e com os outros, em outras palavras, legitima as perspectivas do Sul Global” (REDCLIFF; SPRINGETT, 2015, p.6, tradução nossa).

Por outro lado, o conceito de desenvolvimento sustentável é amplamente contestado por: (i) ter sido concebido a partir de dois conceitos duplos e opostos: sustentabilidade ecológica e desenvolvimento/crescimento, (ii) parte de uma “construção social de forma múltipla e radical”, (iii) fortemente político e, por consequência, gera uma busca incessante por uma definição (REDCLIFF; SPRINGETT, 2015, p.6,16 e 17, tradução nossa)). O autor critica a nomenclatura utilizada pela Comissão Brundtland sobre “necessidades humanas” pois, dá a entender que o “desenvolvimento poderia significar apenas o atendimento das necessidades humanas” (VEIGA, 2015, p.10-11, tradução nossa)).

Outro aspecto que os críticos levantam é que o conceito incentiva um “crescimento ilimitado num mundo onde os recursos são finitos”, ou seja, impõe o interesse do crescimento sobre a capacidade de regeneração do meio ambiente, tratando-se, portanto, de “estratégias neoliberais para capitalizar a natureza” formuladas pelas “elites globais” as custas menos favorecidos (ex: tecnologias verdes, mercado e comércio de carbono) (COSENS, 2021, p.5, tradução nossa; GONZALEZ, 2021, p.82, tradução nossa; LEFF, 2006, p.117).

O conceito, dentre outras formas, é caracterizado como: vazio, maleável, sem análise objetiva que levaria ao seu abandono por falta de embasamento teórico na sua construção, popular porque confuso e ambíguo, impreciso, por significar coisas diferentes a partir de interpretação de especialistas de diversas áreas como os ecologistas, planejadores ambientais, economistas, empresários e ativistas, apropriado para atender diversas agendas, sem falar da confusão semântica, falta de especificidade clara e contextual (REDCLIFF; SPRINGETT, 2015, p.17-18, tradução nossa).

Na perspectiva dos negócios, por exemplo, o desenvolvimento sustentável significa, nas palavras de Rainey (2015, p.224, tradução nossa):

[...]desenvolvimento e implantação de inovações estratégicas que superem as expectativas dos clientes, stakeholders e pessoas; melhorar os aspectos sociais, econômicos, éticos, tecnológicos protegendo o meio ambiente natural, bem como alcançar uma estratégia de mercado superior e resultado financeiro das empresas. (RAINEY, 2015, p.224, tradução nossa).

Em outras palavras, trata-se da “responsabilidade social na sede corporativa pelos custos da transação adversas e externalidades negativas produzidas por este setor” e, principalmente, no que diz respeito às corporações internacionais, transnacionais ou multinacionais, representa uma consciência ecológica já que seus impactos econômicos sociais e ambientais e interesse na competitividade global são maiores do que as corporações nacionais, regionais e locais (LUKE, 2014, p.324 e 330, tradução nossa).

Já na ótica das Organizações Não Governamentais, tratando primeiramente das ambientais do Norte Global, “o desenvolvimento sustentável seguiu as três ondas do ambientalismo”: 1ª “retorno à natureza após a Revolução Industrial”; 2ª “reivindicação do aumento da regulamentação para proteger as pessoas da poluição industrial; 3ª “busca de soluções viáveis aos problemas ambientais”. O mesmo aconteceu com o conceito nas ONGs sobre desenvolvimento, onde foi incorporado na primeira e segunda gerações de caráter “operacional de prestação de serviços” em situações de desastres, num primeiro momento e,

em seguida, de “desenvolvimento comunitário autossuficiente” e, a terceira, período em que as ONGs assumem funções “maiores e sofisticadas” (BENDELL, 2000, p.18, tradução nossa).

Por fim, do ponto de vista das “ONGs, comunidades, grupos de ativistas do Sul Global não há uma clara divisão entre meio ambiente e desenvolvimento”, porque, como evidenciado nos posicionamentos dos países em desenvolvimento nos fóruns multilaterais ambientais, as problemáticas ambientais estão intrinsecamente ligadas à questão do desenvolvimento (BENDELL, 2000, p.19, tradução nossa)

No âmbito da agenda ambiental das Relações Internacionais, o desenvolvimento sustentável transformou o discurso ambiental ao dar maior espaço de agência às corporações, “perdeu credibilidade ao fazer parte da linguagem política”, correndo “perigo de perder todo o significado” ao ser utilizado amplamente e forma indiscriminada como frase de efeito disfarçando, a dificuldade de definição (REDCLIFF; SPRINGETT, 2015, p.6 e 18, tradução nossa). Por isso, o “debate reflete a contestação daqueles que pretendem neutralizar o papel potencialmente político que está no cerne do conceito” (REDCLIFF; SPRINGETT, 2015, p. 18, tradução nossa).

Porém, todas as problemáticas não excluem sua importância política, resultado do “poder das instituições do Norte Global e dos debates acadêmicos” e o seu papel no “fortalecimento de considerações ambientais na formulação de políticas econômicas, do compromisso com a equidade e com a noção de que o desenvolvimento significa mais do que crescimento”(REDCLIFF; SPRINGETT, 2015, p.18 e 20, tradução nossa). Além disso, o conceito tem o poder de “convocar diferentes pessoas e organizações, fornecem um vernáculo aparentemente comum no qual basear um diálogo, tem sido fundamental para o crescimento das relações entre empresas e ONGs” (BENDELL, 2000, p.19, tradução nossa). Desta maneira, “o desenvolvimento sustentável é o começo do debate e não o fim, fornece a moeda comum reunindo vocabulários conflituosos em uma moeda comum”(REDCLIFF; SPRINGETT, 2015, p.20, tradução nossa).

Assim, apresentadas algumas das definições do conceito e o contexto em que foi o formulado, o capítulo seguinte procura situá-lo nas Conferências do Rio 92 que “disseminou o conceito de desenvolvimento sustentável”, e passou a ser universalmente aceito”; de Johannesburgo, onde o desenvolvimento sustentável foi abordado sob a ótica dos três pilares: econômico, social e ambiental, momento no qual tentou “traduzir o conceito em ações concretas” e; Rio +20, quando foram lançadas as bases para que três anos depois fossem definidos os dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável¹⁷, em Nova York:

¹⁷ Sustainable Development Goals (SDG), em inglês

erradicação da pobreza, fome zero e agricultura sustentável, saúde e bem estar, educação de qualidade, igualdade de gênero, água potável e saneamento, energia limpa e acessível, trabalho decente e crescimento econômico, indústria inovação e infraestrutura, redução das desigualdades, cidades e comunidades sustentáveis, consumo e produção responsáveis, ação contra a mudança do clima, vida na água, vida terrestre, paz, justiça e instituições eficazes, parcerias e meios de implementação (LAGO, 2012, p.14 e 154; NAÇÕES UNIDAS, 2022).

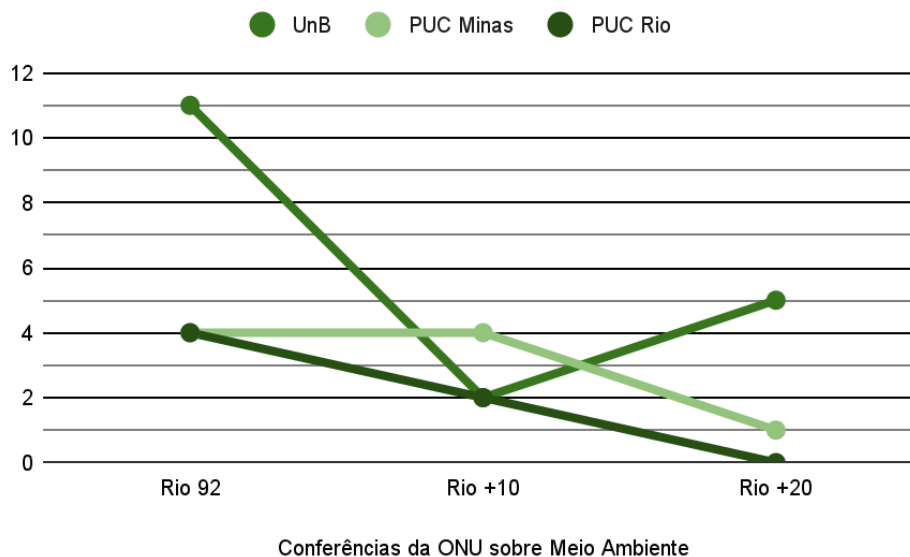
Trazendo à tona as quatro etapas da vida de um conceito, a definição conceitual do Relatório Nosso Futuro Comum marca o primeiro fenômeno do termo desenvolvimento sustentável, isto é, a sua invenção, pois não há indícios de sua existência anteriormente. Ao contrário, há muitos que relacionam a criação do conceito à Rio 92 que, como será apresentado a seguir, foi crucial para a sua propagação.

4 O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AS CONFERÊNCIAS DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE

Este capítulo pretende analisar o conceito de desenvolvimento sustentável no contexto internacional no período em que as conferências da Rio 92, Rio +10 e Rio +20 aconteceram, ou seja, o cenário internacional entre 1992 e 2012 e, também, a abordagem e mudanças de perspectivas do conceito dentro das conferências. Importante porque, como visto rapidamente no capítulo 2, cada Conferência marca um novo elemento e entendimento que foi assimilado ao conceito de desenvolvimento sustentável. É importante ressaltar que entre estas três reuniões aqui em análise ocorreram outros encontros no âmbito da ONU que auxiliaram o desenvolvimento da agenda ambiental e de desenvolvimento sustentável: a Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (Barbados, 1994) e a Cúpula da Terra +5 (Nova Iorque, 1997), Estratégias de Implementação de Maurício, dentre outras (NAÇÕES UNIDAS).

Esta seção está dividida em três partes: a primeira trata da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), a segunda aborda a Cúpula Mundial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CMNUDS) e, por fim, a terceira e última trabalha a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS). Antes disso, porém, será mostrado a ocorrência em que as dissertações e teses em relações internacionais no Brasil relacionam as Conferências com o conceito.

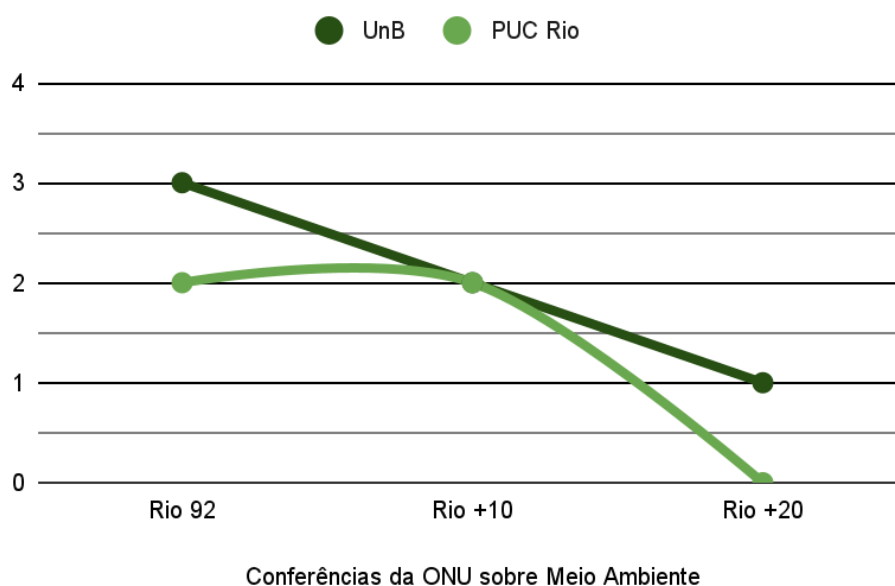
Gráfico 11 - Dissertações: Desenvolvimento Sustentável e as Conferências Ambientais da ONU (2009-2012)



Fonte: Análise de dissertações e teses dos respectivos PPGRIs elaborada pela autora

Como o gráfico acima demonstra, a Rio 92 é a Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente mais citada nas dissertações dos três PPGRIs entre 2009 a 2012. A Universidade de Brasília cita a Rio 92, Rio +20 e Rio +10, respectivamente; a PUC Minas, cita Rio 92 e Rio +10 em a mesma quantidade, seguida da Rio +20; e no caso da PUC Rio a ordem das mais citadas as menos citadas é: Rio 92, Rio +10 e Rio +20. É importante ressaltar que é considerada uma citação por dissertação ou tese, não importando a quantidade de vezes que as Conferências foram citadas em um mesmo trabalho.

Gráfico 12 - Teses: Desenvolvimento Sustentável e as Conferências Ambientais da ONU (2009-2012)



Fonte: Análise de dissertações e teses dos respectivos PPGRIs elaborada pela autora

Assim como as dissertações, as teses mais abordam a Rio 92, mesmo que a UnB a cite mais que a PUC Rio. A Rio +10 é a segunda mais citada e na mesma quantidade nos dois programas de pós-graduação. A Rio +20, por fim, é mais citada pela UnB do que pela PUC-Minas. O fato de que a Rio 92 é a Conferência mais citada pelas dissertações e teses se dá pela importância da Conferência da ONU sobre meio ambiente ser cronologicamente mais próxima do marco temporal estabelecido para a análise destes trabalhos já que a Rio +10 foi uma Cúpula, e não uma Conferência. No caso da Rio +20 entre as menos citadas devido ao marco temporal aqui delimitado: 2012 foi o ano desta Conferência e, por isso, não se abrangeu uma quantidade significativa de dissertações e teses sobre essa Conferência.

4.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A RIO 92

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) aconteceu entre 3 a 14 de junho de 1992, no Rio de Janeiro, Brasil, conhecida também como Eco-92, Rio 92 ou Cúpula da Terra, vinte anos após a Conferência de Estocolmo e quatro anos após a publicação do Relatório Brundtland. Considerada o “maior evento organizado pelas Nações Unidas até aquele momento” com a presença de “172 países e 108 chefes de Estado ou governo”, caracterizada pelo secretário-geral da Conferência

Maurice Strong como um “momento histórico para a humanidade”, e “última oportunidade de salvar a Terra” (LAGO, 2012, p.69 e 70; RIBEIRO, 2001, p.108).

O cenário internacional passava por um processo de transição com o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos se estabeleceram como superpotência ampliando sua influência ao redor do globo, incluindo sobre aqueles países que constituíam a União Soviética. Tal influência traduziu-se na ampla adoção do modelo estadunidense de capitalismo, liberalismo e democracia. Somado a esse processo, a globalização desempenhou considerável papel neste contexto de mudança, diminuindo os distanciamentos materiais e imateriais do mundo.

Extinguido o sentimento “guerra fria”, de distensão e bipolaridade, as pautas internacionais assumiram caráter humanista e universalista a fim de “gerar valores como os direitos humanos, a proteção ambiental, pluralismo, multilateralismo e a solidariedade entre os Estados e a confiança na capacidade de crescimento da economia mundial” (LAGO, 2012, p.71). Assim, “o crescimento de regimes democráticos no sistema internacional condicionou a discussão sobre novos temas como meio ambiente, direitos humanos, narcotráficos, bem como diferentes tipos de discriminação” (LAGO, 2012, p. 72).

Cervo (2008, p.323) aponta que três fenômenos afetaram “a construção política e econômica de uma ordem internacional nos 1990: a globalização, regionalização/ integração e o novo papel do Estado nação” (CERVO, 2008, p.323). Ainda segundo ele, a questão ambiental teve impacto contraditório na globalização industrial e no comércio internacional pois, se por um lado havia propostas legítimas de proteção do meio ambiente, como a “regulação de lixo poluente” e a “reciclagem dos produtos”, ou seja, exigia uma nova conduta das fábricas por outro a temática era usada de forma a “desvirtuar a concorrência para discriminar nações, com o selo verde dos produtos”(CERVO, 2008, p.334). Por isso, ele caracteriza que houveram “poucos avanços em termos de informação e de proteção ao meio ambiente” (CERVO, 2008, p.334).

Entre 1990 a 1999, ocorreram diversos encontros internacionais, período chamado por Lindgren Alves de “Década das Conferências”, onde além da Rio 92, ocorreram a Cúpula Mundial sobre a Criança, a Convenção de Viena sobre Direitos Humanos, a Conferência do Cairo sobre população e desenvolvimento, Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social, a Conferência de Beijing e a II Habitat (ALVES, 2018).

Portanto, consideráveis mudanças se deram no período entre 1972 a 1992 na ordem ambiental internacional, o debate enriqueceu nos níveis governamental, não governamental, científico, empresarial e acadêmico (LAGO, 2012, p.72). A criação do PNUMA e o aumento do conhecimento científico condicionou o desenvolvimento de novas abordagens de temas

ambientais perceptíveis nas negociações multilaterais que resultaram na Convenção sobre Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (CITES), a Convenção sobre Poluição Transfronteiriça de Longo Alcance (CPT), a Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio (CV), o Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (PM) e a Convenção da Basileia sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito (CTR), e, também possibilitou “avanços nas negociações sobre o direito do mar e sobre resíduos perigosos”(RIBEIRO, 2001, p.93; LAGO, 2012, p.77, 78 e 83).

Em segundo lugar, a presença das ONGs aumentou , juntamente com sua capacidade de mobilizar a opinião pública e de agência internacional (RIBEIRO, 2001, p.93). Outro tipo de agente não estatal ascendeu, o empresariado internacional, “com nova atitude devido ao progressivo conhecimento dos custos reais de empreendimentos que levam em consideração os aspectos ambientais ou que estão dirigidos a sanear problemas ambientais" (LAGO, 2012, p.77).

Barros-Platiau (2006, p.255-258) aponta três acontecimentos que mudaram o debate ambiental internacional entre 1990 a 2004, período que abrange a Rio 92 e a Rio +10: (i) a relação mais direta entre proteção ambiental e direito ao desenvolvimento, representada pelo princípio das responsabilidades comuns porém diferenciadas ; (ii) a crescente regulação das relações internacionais em matéria ambiental, apesar de frouxas, vagas e não vinculantes, ou seja, não obrigatórias e; (iii) “a questão ambiental foi confrontada com as questões econômicas de forma mais clara, trazendo uma dimensão essencial para a compreensão do debate internacional” O regime comercial, mesmo com a criação da OMC em 1994 e 1995, foi estruturado de forma independente do regime ambiental. Até então naquele período as questões comerciais prevaleciam (BARROS-PLATIAU, 2006, p.255-258).

Em “Inventando um novo modo de desenvolvimento”¹⁸ de junho de 1992 do *Le Monde Diplomatique*, escrita por Ségolène Royal, mostrou as expectativas para a Conferência e os desafios impostos pela ordem internacional naquele período:

[...] a missão da conferência é propor medidas destinadas a conciliar o desenvolvimento econômico sustentável para todos com a proteção do meio ambiente em todo o planeta.[...]. A grande questão do Rio é o futuro das relações Norte-Sul, hoje marcadas pelo confronto, a propagação da pobreza e o agravamento dos desequilíbrios econômicos e sociais.

A velha ordem internacional entrou em colapso. Um novo está se desenvolvendo diante de nossos olhos e está fora de dúvida de que a Conferência do Rio de Janeiro constitui, com as negociações do GATT ou o redistribuição do sistema das Nações Unidas, uma das pedras angulares deste processo. Porque ainda que os contornos

¹⁸ *Inventer un autre mode de développement*, em francês

desse novo equilíbrio internacional sejam ainda incertos, ninguém pode agora imaginar que não pode integrar uma forte dimensão ecológica.

A Cúpula do planeta Terra é neste sentido um passo histórico, para a nossa forma de ver o mundo, para a nossa concepção de desenvolvimento, para o futuro do nosso planeta. - O meio ambiente será o motor de uma nova ordem econômica mundial e em que termos? Essas são as apostas do Rio.

Nossos padrões atuais de desenvolvimento e consumo não apenas prejudicam nosso meio ambiente local, mas também ameaçam, hoje, os principais equilíbrios ecológicos do planeta. Continuar a trajetória atual é claramente suicida para a humanidade

Ao mesmo tempo, a distância entre países ricos e pobres nunca foi tão grande. Nessas condições, que legitimidade o Norte pode reivindicar para pedir ao Sul que repense seus modos de desenvolvimento, assim como os países industrializados (LE MONDE DIPLOMATIQUE, tradução nossa).

Outra matéria do Le Monde aponta que:

Cúpula da Terra como o valor de sintoma do mal-estar que se abate sobre os homens, à medida que o século XXI se aproxima, face aos fracassos da civilização ocidental e às desgraças dos povos - trará apenas respostas convencionais e declarações de boas intenções (LE MONDE DIPLOMATIQUE, tradução nossa).

A partir de outra perspectiva o New York Time chamou a conferência de “perda de tempo” (NEW YORK TIMES). Já o Globo caracterizou a Conferência como "o segundo patamar que vai possibilitar novos grandes passos em direção a um meio ambiente melhor" (O GLOBO).

De acordo com Lago (2012, p.80) “o Relatório Brundtland foi o fator decisivo para a convocação de uma nova conferência ambiental”(LAGO, 2012, p.80). “Gro Harlem Brundtland conseguiu que os países desenvolvidos se interessassem pela temática ambiental”(LAGO, 2012, p.80). Sendo assim, “o objetivo da conferência era o estabelecimento de acordos internacionais que mediassem as ações antrópicas no ambiente” (RIBEIRO, 2001, p. 108).

Segundo Arraes (2006, p.10) a Rio 92 foi , a primeira grande conferência da era pós bipolar, onde a tensão Norte-Sul era mais visível. Enquanto os países desenvolvidos julgavam que os países em desenvolvimento faziam mau uso dos recursos naturais, estes consideravam o desenvolvimento como um direito dos Estados, preservando a soberania nacional (ARRAES, 2006, p.10). É importante ressaltar que o fato de um país em desenvolvimento, o Brasil, sediar um evento desta magnitude demonstrou que as questões ambientais passaram a ser de interesse e responsabilidade de todos, não apenas dos países desenvolvidos (LAGO, 2012, p.70). “A escolha do Brasil representaria uma forma de pressão velada à diminuição das queimadas e pela prisão e julgamento dos mandantes da morte do líder sindical (Chico Mendes)” (RIBEIRO, 2001, p.107).

Foi nesta Conferência que o conceito de desenvolvimento sustentável ganhou maior visibilidade, formado por dois pilares: o econômico e o ambiental, ou seja, o desenvolvimento e o meio ambiente, “o vínculo de dois diferentes discursos em crise” (LAGO, 2012, p.73). Esta noção favoreceu nas discussões do Rio de Janeiro, tanto as prioridades dos países desenvolvidos, quanto aquelas dos países em desenvolvimento (LAGO, 2012, p.74). Em algumas matérias de O Globo o termo desenvolvimento autosustentável foi empregado como sinônimo de desenvolvimento sustentável.

Dentre os principais temas discutidos na CNUMAD, podemos destacar: “conservação da diversidade biológica, mudanças climáticas, instrumentos de financiamento para projetos de recuperação ambiental” (RIBEIRO, 2001, p.117). Contrapondo Arraes (2006), Ribeiro afirma que a “chamada polaridade Norte-Sul não foi verificada na CNUMAD” já que os países agiam ora atuavam de maneira bilateral, ora atuavam blocos, de acordo com seus interesses, havendo “posições bastantes diferenciadas no interior do Norte e do Sul (RIBEIRO, 2001, p.129).

Todavia, ao analisar artigos jornalísticos da época, verifica-se que a disputada Norte-Sul é ainda dominante, as posições diferenciadas eram bastante pontuais, sendo a transferência de tecnologia e o poder decisório dos países em desenvolvimento, os principais pontos de discordância como demonstrado nas matérias: “Florestas: Malásia endurece posição”, “Pobres defendem a parceria equitativa”, “Grã Bretanha ameaça não assinar o Tratado sobre Biodiversidade” (O GLOBO).

O posicionamento dos Estados Unidos, caracterizado por dificultar as negociações e de seu presidente da época, George Bush, também são retratados em quantidade significativa de matérias do New York Times, Le Monde Diplomatique e O Globo, por exemplo: “Brundtland tentará mudar posição de Bush”, “Caminhada ecológica elege Bush como vilão”, “Biodiversidade: boicote de Bush desaponta seus próprios técnicos”, “Bush: não vim aqui pedir desculpas”, “Para proteger Bush, ONU limitará acesso a conversas¹⁹, Cúpula da Terra, Bush e Rio: Presidente tem um novo papel desconfortável de linha dura na Cúpula da Terra²⁰, Cúpula da Terra; Bush deixa o Rio com alvos contra estrangeiros e estadunidenses²¹ “Bush e republicanos dificultam negociações a favor dos empresários”, cita-se a questão dos organismos geneticamente modificados (LE MONDE DIPLOMATIQUE, NEW YORK

¹⁹ To Protect Bush, U.N. Will Limit Access to Talks.

²⁰THE EARTH SUMMIT Bush and Rio; President Has an Uncomfortable New Role In Taking Hard Line at the Earth Summit.

²¹ THE EARTH SUMMIT; Bush Leaves Rio With Shots At Foreign and U.S. Critics.

TIMES, O GLOBO). “Interesses políticos míopes podem superar os interesses de longo prazo” (LE MONDE DIPLOMATIQUE).

Apesar de ser considerada um “grande sucesso” com a assinatura da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica, a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, a Declaração do Rio, além da Agenda 21 e a criação da Comissão de Desenvolvimento Sustentável, difundindo a temática ambiental pelo mundo e sendo incorporada pela pauta política, a “perspectiva de que o desenvolvimento sustentável seria a base de um novo paradigma da cooperação internacional revelou-se ilusória, uma vez que o processo de globalização se sobrepôs” (LAGO, 2012, p.113; RIBEIRO, 2001, p.130; NAÇÕES UNIDAS).

Se, por um lado, argumenta-se que um processo desencadeou o outro, ou seja, de que a preocupação com o meio ambiente é uma das consequências da globalização:

A globalização representa dificuldades para a tentativa de se impor ao desenvolvimento sustentável como novo paradigma, como a incompatibilidade entre o crescimento das empresas transnacionais e a mudança nos padrões de produção e consumo (LAGO, 2012, p.113 - 114).

“Não se deve questionar o legado do Rio, deve-se melhorar e fortalecer os instrumentos que tornem possível a implementação mais efetiva dos seus resultados” (LAGO, 2012, p.115).

A Rio 92 marca portanto, a segunda etapa da vida de um conceito, já que o desenvolvimento sustentável ganhou maior notoriedade por ter sido o primeiro evento após a sua conceituação no Relatório Brundtland, como vimos no capítulo anterior. No que diz respeito ao espaço de experiência dos agentes internacionais da época é possível deduzir que havia certo otimismo e confiança no multilateralismo um pouco exacerbada pois o processo acabara de começar e, portanto, não estava consolidado, uma nova ordem e novos paradigmas ainda estavam em construção, as incertezas características das relações internacionais eram muito maiores e, por consequência, as esperanças para o futuro eram ainda maiores, já que quanto menor o espaço de experiência, maior o horizonte de expectativa (KOSELLECK, 2006).

O avanço da ciência e do Programa das Nações Unidas para o meio ambiente (PNUMA) para os sinais positivos, isto é, as negociações ambientais no período entre Estocolmo e Rio 92, além da noção de conexão tomando sobre o comando dos Estados

Unidos e seus ideais representados nos processos de democratização, capitalização (LAGO, 2012, p.252-253). De acordo com Barros-Platiau (2006, p.252-253):

Em 1990 e 2004 (englobando a Rio 92 e Rio +10) mudança conceitual essencial para a política ambiental global, marcada pela consagração do conceito de desenvolvimento sustentável e pelo reconhecimento formal da necessidade de cooperação internacional para a sua efetiva incorporação nos processos decisórios nacionais.(BARROS-PLATIAU, 2006, p.252-253).

4.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A RIO +10

A Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, ocorreu em 8 de agosto e 4 de setembro de 2002, em Joanesburgo na África do Sul também conhecida como Cúpula de Joanesburgo ou Rio +10, por ter se passado dez anos da Rio 92 (NAÇÕES UNIDAS) . “O direito ao desenvolvimento foi consagrado no debate ambiental ao longo dos anos 1990. Assim, explica-se porque a Rio +10 foi intitulada "Cúpula das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável e o termo ambiental foi tirado”(BARROS-PLATIAU, 2006, p.256). De acordo com Alfaia Jr (2008, p.56-57), “na ocasião, 193 países fizeram-se presentes, em um total de mais de vinte mil participantes, então incluídos chefes de Estado, delegados governamentais, ONG, grupos indígenas, entre outros atores da sociedade civil” (ALFAIA JR, 2008, p.56-57).

Apesar de a Rio 92 ter sido bem sucedida, dentre outras condicionantes, devido a um cenário internacional propício, não foi o que aconteceu com a Rio +10. No fim dos anos 1990 e o início dos anos 2000 as principais convulsões do cenário internacional se deram no Oriente Médio, seguido pelos atentados de 11 de setembro, acarretando a invasão no Iraque em 2003, em suma, da Guerra ao Terror. Neste período também iniciou-se o processo de construção da ordem comercial internacional a partir da criação da Organização Mundial do Comércio, que como apontado por Barros-Platiau (2006) na obsessão acima dificultou alguns aspectos das negociações ambientais.

Houveram apenas alguns anos de paz²², um período muito curto entre o fim da guerra fria e a paranoia que se seguiu na Guerra ao Terror. Este pequeno período possibilitou que as Nações Unidas organizassem grandes conferências para fortalecer as relações multilaterais dos países, dentre elas a Rio 92. Porém todo esse cenário tirou a questão ambiental e do desenvolvimento sustentável como principais prioridades da agenda internacional, colocando a continuação das tratativas sobre o tema principalmente a partir da perspectiva dos Estados Unidos como empecilho. É importante salientar que as discussões relativas ao

²² Empregada aqui no sentido de ausência de conflito armado

desenvolvimento sustentável tem efeitos de média e longo prazo e enquanto as prioridades que surgiram neste período no início tinham prioridade de curto prazo (LAGO, 2012, p.122-123).

As expectativas geradas a partir da Rio 92 foram por água abaixo, mesmo com a continuidade dos processos que vinham avançando desde antes de 1992, ou seja, o conhecimento científico, progresso tecnológico, envolvimento do setor privado e o fortalecimento da legislação ambiental nos países (LAGO, 2012, p. 117). Além disso, a partir de 1992, houve “maior conhecimento e interesse pelo meio ambiente por parte das instituições e as organizações não governamentais nos países em desenvolvimento”, fortalecendo a “formação ainda que parcial, do pensamento ambiental no Terceiro Mundo”, “havia maior quantidade de informação disponível e, conseqüentemente, maior participação da sociedade civil” (LAGO, 2012, p 135). O período entre 1992-2002 marcou o “maior crescimento econômico da história”, “a China integrou-se ao modelo capitalista, avanços comerciais e financeiros” (LAGO, 2012, p.118).

Além do cenário desfavorável, “vontade política de assumir os desafios criou na opinião pública um distanciamento que se justificaria na medida em que os principais atores manifestaram ceticismo nos meses que antecederam a Cúpula”. “O sistema multilateral que parecia haver-se fortalecido no Rio, tornara-se referência de insucesso pela falta de resultados” (LAGO, 2012, p.118).

“A Cúpula de Joanesburgo, por muitos, foi considerada um fracasso e, bombardeado de críticas, mas apesar dos obstáculos e da visão conservadora, pode-se estruturar com base em algumas evoluções positivas” (LAGO, 2012, p.124). O crescente interesse e mobilização tanto da sociedade civil organizada, isto é, das ONGs, quanto do setor empresarial (por se provar economicamente viável), iniciado nas tratativas da Rio 92, “intensificou o processo de incorporação do aspecto social ao conceito de desenvolvimento sustentável”, “dando à iniciativa privada, às ONGs e à sociedade civil a capacidade de efetivamente acelerar os avanços na área ambiental” (LAGO, 2012, p.124-133).

A Rio +10 também foi marcada pela dificuldade de implementação dos compromissos devido ao enriquecimento do arcabouço jurídico tendo conseqüências diretas ou indiretas sobre o desenvolvimento sustentável, a “preocupação de certos governos e ONGs quanto aos possíveis excessos das empresas transnacionais ao defenderem os seus interesses em diferentes países do mundo, em função de suas lutas por mercado”, a “dificuldade de implementação dos compromissos era inegável” (LAGO, 2012, p.152-154). Na verdade, o propósito da Cúpula era “avaliar os avanços do que fora acordado durante e pós Rio 92 e

entender os motivos de uma possível desmobilização" (ALFAIA Jr, 2008, p.57; QUEIROZ, 2009, p.52).

No entanto, “não deixou de representar uma etapa significativa na evolução da agenda do desenvolvimento sustentável” ao reafirmar metas para a erradicação da pobreza, ao acesso à água e ao saneamento, ao direito à saúde e a pesca, a proteção da biodiversidade e contra os produtos químicos perigosos, além de trazer para discussão as energias renováveis e a responsabilidade corporativa (LAGO, 2012, p.152). É importante enfatizar que apesar de todos os obstáculos entre 1992 e 2002 que se apresentaram no cenário internacional a questão ambiental se mostrou consistente bem como a manutenção do caminho traçado na CNUMAD (LAGO, 2012, p.152-53). Os principais documentos da Cúpula foram o Plano de Ação de Joanesburgo, e a Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável (NAÇÕES UNIDAS).

A CNUMAD promoveu aceitação universal do conceito de desenvolvimento sustentável e Joanesburgo traduzir o conceito em ações concretas (LAGO, 2012, p.154) A Rio + 10 marca a terceira etapa da vida de um conceito, ressignificação, ganhou mais significados, mas não acaba aqui, se estende na Rio +20. O espaço de experiência daqueles que estavam presentes na Rio 92 na conferência do Rio fortaleceu o horizonte de expectativas para Joanesburgo apesar de empecilhos como Guerra ao Terror e o desenvolvimento da ordem comercial internacional. O processo de ressignificação do conceito de desenvolvimento sustentável iniciado aqui quer dizer não necessariamente iniciado mais evidenciado a partir deste momento tem sua continuidade em 2012 na Rio+20.

4.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A RIO +20

A Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, ocorreu em 2012, no Rio de Janeiro, nos dias 13 a 22 de junho, vinte anos após a Rio 92 e, por isso, é também conhecida por Rio+20 (UNITED NATIONS).

Em 2012, o sistema internacional passava por uma crise financeira, iniciada nos países desenvolvidos em 2008 que logo atingiu o resto do globo, gerando instabilidade econômica, social e política. O poder estadunidense é colocado em cheque, com discussões sobre o fim da Pax Americana, a emergência abrupta da China como potência. Assim, presenciou-se um sistema internacional novamente marcado pelo caos e por uma ordem global com polaridade indefinida. “As crises energética e ambiental revelaram-se em toda a sua profundidade; o multilateralismo foi posto em cheque em mais de uma ocasião”(LAGO, 2012, p.158).

A Rio +20 tratou principalmente da “economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável” e da “erradicação da pobreza”, “estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável, criação dos objetivos de desenvolvimento sustentável”(LAGO, 2012, p.158). Também abordou “compromissos e tratou de desafios novos e emergentes, como segurança alimentar e agricultura, água, energia, cidades, transportes, oceanos, saúde, emprego, biodiversidade, produção e consumo sustentáveis, gênero” e criação de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (LAGO, 2012, p.158; KLEIN, 2011, p.100)

Os três assuntos principais da conferência foram: a erradicação da pobreza, a promoção de padrões sustentáveis de consumo e produção e a proteção e gestão de recursos naturais. Estes, representam cada pilar do desenvolvimento sustentável: o social, o econômico e o ambiental respectivamente (LAGO, 2012, p.178).

O New York Times, em matérias do período, como “Está acontecendo, mas não no Rio”²³, e ao relatar que participantes chamaram a Conferência de “ menos 20” demonstrou uma opinião cética quanto à Conferência ao dizer que esta não resolveria os problemas relacionados ao desenvolvimento sustentável, por outro lado indicou que a reunião seria um começo sério apesar de não produzir um “comprometimento ambiental obrigatório mas mostrou uma crescente capacidades para que as organizações e corporações moldem ações efetivas independente dos governos” (NEW YORK TIMES).

Os principais resultados foram o documento “O Futuro Que Queremos”, que “estabelece o início de uma agenda global de desenvolvimento sustentável para o século XXI”e a “criação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” graças ao apelo ambientalista por uma “linguagem mais dura que comprometa as nações com metas ambientais concretas” (LAGO, 2012, p. 163, 178-179; NEW YORK TIMES).

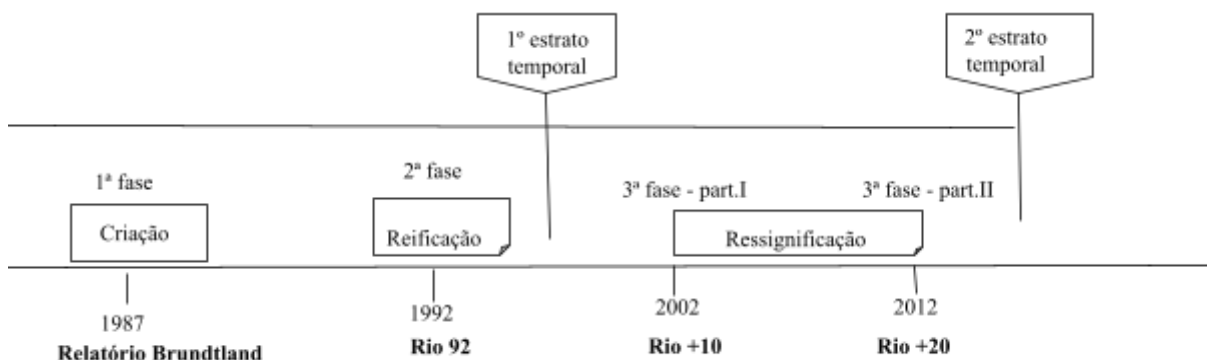
Finalmente, “A Rio +20 mostrou que o multilateralismo é um instrumento insubstituível de expressão global da democracia. Reafirmamos, na Rio +20, que esta é a via legítima para a construção de soluções para os problemas que afetam a todos, a toda a humanidade” (LAGO, 2012, p.161-162). A Rio +20 dá continuidade no processo de ressignificação do conceito de desenvolvimento sustentável ao propor a criação dos Objetivos de desenvolvimento sustentável que serão criados em 2015.

Ao analisar a história do desenvolvimento sustentável, considera-se que o conceito em geral possui dois estratos temporais: o primeiro vai da sua criação pela Comissão Brundtland até a Rio 92, devido ao processo de criação e reificação do conceito; e, a partir da

²³ It's Happening, but Not in Rio

Rio +10, em 2002 inicia-se o segundo estrato temporal que vai até a Rio +20, em 2012, período do processo de ressignificação de desenvolvimento sustentável (ver Figura 5).

Figura 5 - Linha do tempo do processo histórico do conceito de desenvolvimento sustentável



Fonte: elaborada pela autora

Como Koselleck (2020) afirma, a mudança conceitual acontece a longo prazo e só é percebida no seu estágio final. Ao longo das conferências, novos agentes internacionais assumiram espaço na discussão ambiental, nomeadamente o setor privado e a sociedade civil organizada. Este processo começou em 1992. Começou a tomar forma em 2002 e se efetivou em 2012.

Portanto, corrobora-se com as palavras de Lago (2012), no que diz respeito ao desenvolvimento a agenda ambiental e do desenvolvimento sustentável no sistema internacional:

Na análise das Conferências foi possível identificar o quanto a questão ambiental foi criada e moldada de acordo com os interesses dos países industrializados, e como progressivamente, os países em desenvolvimento - em grande parte graças ao discurso elaborado pelo Brasil - passaram a orientá-la em direções que fortalecessem algumas de suas principais reivindicações [...] (LAGO, 2012, p. 181).
O equilíbrio foi encontrado graças ao conceito de desenvolvimento sustentável, que, sem dúvida, nasceu da insistência dos países em desenvolvimento de integrar a questão ambiental às questões sociais e econômicas (LAGO, 2012, p. 181).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta seção, serão apresentadas algumas considerações das análises, limitações e obstáculos encontrados ao longo da trajetória e alguns objetos para estudos futuros. Agenda ambiental e, por consequência, a do desenvolvimento sustentável, avançou ou estagnou de acordo com status do sistema internacional e dos principais agentes desse ambiente. Vimos no capítulo 2, o papel da história dos conceitos, as características dos conceitos nas ciências sociais e humanas, estando muitas delas presentes de forma marcante no conceito de desenvolvimento sustentável.

Este trabalho possui influência de pelo menos três tipos espaço de experiência e horizonte de expectativa diferentes: (i) das pessoas que vivenciaram os eventos aqui analisados; (ii) dos autores que analisaram esses eventos, podendo a análise ter sido feita pouco ou muito tempo depois do ocorrido e; iii) da autora deste trabalho, influenciada tanto pelos dois espaços de experiência e horizonte de expectativas acima bem como o dela próprio.

No que diz respeito ao uso sem critério do conceito de desenvolvimento sustentável, identifica-se quatro caminhos para o melhor emprego: primeiro seria entrar num consenso de que o significado de desenvolvimento sustentável não é o mesmo porque a realidade mudou, a segunda seria considerar a possibilidade de substituir o conceito já que a realidade em que ele foi criado não existe mais, terceiro, aceitar a polissemia mas deixar claro qual perspectiva será adotada ou, por fim, criar outro conceito de forma semelhante ao que Robert Dahl (2005) fez com a concepção de democracia adotando o termo poliarquia para indicar o tipo de governo com ideias democráticas já que, segundo sua perspectiva, a democracia é um ideal impossível de ser alcançado.

Percebe-se que a confusão semântica é derivada dos ecos históricos que o conceito de desenvolvimento sustentável reflete, como, por exemplo, a presença de inúmeros atores de diferentes origens que buscam fazer parte deste processo dinâmico nas relações internacionais já que, grande parte das discussões sobre o desenvolvimento sustentável aconteceram em períodos de transição no sistema internacional, além do aumento de riscos e desastres ambientais como consequência do desenvolvimento e crescimento econômico da humanidade e, por fim, o aumento da capacidade da ciência de clarificar, descrever e explicar esses aspectos.

Ao analisar as dissertações e teses da UnB, PUC-Minas e PUC - Rio, foi possível classificar o emprego do conceito de desenvolvimento sustentável de três formas: a teórica, a prática e a mista. E, além disso, vimos que tanto a área ambiental quanto o desenvolvimento

sustentável compõem grande parte da discussão do ambiente acadêmico das Relações Internacionais no Brasil.

O capítulo 3 buscou trazer antecedentes que possibilitaram a criação do conceito em 1987, principalmente o resultado das discussões na Conferência de Estocolmo em 1972. E, ainda, mostrou-se um apanhado geral sobre diferentes noções de desenvolvimento sustentável, incluindo a perspectiva das ONGs e das corporações, tendo maior destaque a perspectiva dos três pilares, também conhecida como triple bottom line.

Ao longo do capítulo 4 fortaleceu-se o argumento de que a relação entre a mudança no conceito de desenvolvimento sustentável e a mudança no estado das coisas é uma mescla de duas situações ideais: a primeira, onde o significado da palavra permanece mas o estado das coisas muda; e a segunda na qual o estado das coisas e o significado das palavras desenvolvem-se de forma diferente, correspondência entendida somente através do método de investigação histórica. Desta maneira, os processos de mudança contextual e conceitual são intrínsecos.

Além disso, o capítulo tentou entender o desenvolvimento histórico do conceito de desenvolvimento sustentável a partir das conferências ambientais a Rio 92, a Rio +10 e a Rio + 20. Tendo ciência de que a criação do conceito se deu em 1987, com Relatório Brundtland, o quarto e último capítulo demonstra que a Rio 92 representou o processo de reificação do conceito e, a Rio+ 10 e 20 representaram o ponto nevrálgico de duas etapas do processo de ressignificação do conceito: a primeira incluindo a questão social e, a segunda, por meio da proposta dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Levando em consideração que, a literatura aponta quatro estágios da vida de um conceito, o desenvolvimento sustentável ainda se encontra no processo de ressignificação, ou seja, no terceiro estágio e, assim, devido aos espaços de experiências e horizonte de expectativas deste trabalho, a curto e médio prazo não se cogita o desaparecimento do conceito.

Tratando das limitações do trabalho, é importante ressaltar, mais uma vez, que, escolheu-se três programas de pós-graduação melhor avaliados da Avaliação Quadrienal da CAPES de 2017, o último relatório disponível quando iniciou-se a pesquisa. Para que fosse possível comparar os três programas de pós-graduação por meio das dissertações e teses reduziu-se as datas para 2009 a 2012 devido a dificuldade de acesso às dissertações e principalmente teses do acervo digital das instituições

O ideal é que fosse possível ter acesso a todas as fontes datadas a partir do marco histórico aqui estabelecido (1987-2012). Alguns trabalhos disponibilizados eram somente o resumo ou estavam incompletos. Deixou-se de fora as linhas de pesquisa que envolvem as

Relações Internacionais que estão presentes em programas de pós-graduação de Ciência Política, por exemplo. Além disso, não se abordou propositalmente o termo sustentabilidade pela confusão de significados que não caberia neste trabalho e, também, não foi inconsciente deixar em segundo plano as discussões que Direito Internacional Ambiental se ocupa, como, por exemplo, a decolonialidade. Outro ponto importante a ser mencionado é que as matérias dos jornais não eram gratuitas e os arquivos carecem de tecnologia, difícil manuseio e, portanto, não eram acessíveis.

O principal resultado deste trabalho foi descobrir que o motivo de ter escolhido o desenvolvimento sustentável dentro da temática ambiental, ou seja, o fato de que conceito tem sido usado de qualquer jeito, com mínimo critério não é uma particularidade das dissertações e teses em Relações Internacionais do Brasil. Como a maioria do que conhecemos nas ciências humanas e sociais tem suas bases ocidentais e do Norte Global, o conceito de desenvolvimento sustentável não seria diferente, mas não considero um grande problema já que os países em desenvolvimento participaram de uma forma ou de outra deste processo de construção, sendo a temática do desenvolvimento incluída na discussão ambiental pelos esforços deste grupo de países.

Considera-se aqui que os estudos críticos do conceito são cruciais para entendê-lo melhor e por conseguinte aprimorar a sua aplicação. Pois, vindo do Sul Global, este trabalho seria mentiroso ao dizer que tanto Norte quanto Sul Globais beneficiam igualmente de todo o aparato discursivo e teórico; isso se dá não só pelo fato de o Norte querer continuar dominante, mas também por se tratar de realidades diferentes, é de extrema importância saber compactar os interesses de todos de maneira equitativa. Os esforços dos países do Sul, como o Brasil, de impor seus interesses nas discussões multilaterais é parte primordial deste processo.

Dito isto, o conceito tem várias imperfeições derivadas da sua ontologia e, os estudos clarificam estes aspectos, para que, ao utilizá-lo, tenhamos ciência da carga histórica. Porém, como um professor disse uma vez, ao referir-se a democracias, se existindo este modelo imperfeito que busca melhorar as coisas há imensas discrepâncias, imagina se ele não existe, seria muito pior. Não acredito que o uso do conceito tenha que ser mudado de forma drástica, é importante que este processo seja gradual e a longo prazo para que seja consolidado.

Dentre as possibilidades de estudos futuros, pretende-se: (i) estudar a dinâmica discutida incluindo os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), partindo de 2015 até atualidade; (ii) fazer uma análise a partir da política externa brasileira e suas contribuições no processo histórico de construção do conceito de desenvolvimento sustentável, evidenciando o debate Norte-Sul e o capitalismo, abarcando também, a predominância dos regimes no centro

das discussões internacionais em detrimento de outros; (iii) analisar o conceito de desenvolvimento sustentável a partir das dissertações e teses dos programas de pós graduação por região do Brasil e os melhores avaliados pela Capes, de acordo com o último Relatório Quadrienal; (iv) trabalhar outro conceito da área ambiental, de preferência que tenha relação com o desenvolvimento sustentável, para que se torne um trabalho sistematizado a fim de que, ao poucos, o propósito final de entender o que tem sido produzido no Brasil sobre o meio ambiente e Relações Internacionais e, de certa forma, num segundo plano, no mundo a partir de bibliografias especializada, seja alcançado.

REFERÊNCIAS

Artigos

BERENSKOETTER, Felix. **Approaches to concept analysis**. Millennium, v. 45, n. 2, p. 151-173, 2017.

CERVO, Amado Luiz. **Conceitos em relações internacionais** Revista Brasileira de Política Internacional. 51 (2): p.8-25, 2008

SOHN, Louis B. **Stockholm declaration on the human environment, the**. Harv. Int'l. LJ, v. 14, p. 423, 1973.

Dissertações e Teses

ALFAIA JR, José Roberto Gioia. **O impacto da atuação das organizações-não governamentais transnacionais na elaboração de políticas públicas do estado brasileiro para a região amazônica**. Profa. Dra. Ana Flávia Barros Platiau. 2008.179f. Dissertação (Mestrado) - Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais. 2008

FREITAS. Lucas José Galvão Garcia de. **A evolução histórica do Brasil na agenda internacional das mudanças climáticas**. Prof. Dr. Antônio Carlos Moraes Lessa. 2012.105f. Dissertação (Mestrado) - Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais. 2012

KLEIN, Christian Philip. **Mercado Verde**. As empresas de cosméticos amazônicos. Prof. Dr. Argemiro Procópio. 2011.333f. Tese (Doutorado) - Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais. 2011

LIMA, Rodrigo Torres de Araújo. **A participação da sociedade civil organizada na formulação da política externa brasileira**. As Conferências sociais da ONU da década de 1990. Profa Dra. Maria Izabel Valladão de Carvalho. 2011. 116f. Dissertação (Mestrado) - Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais, 2009

PALOSCHI. Jonas. **Trajatória e mudanças de rumo da integração física na América do Sul: política, história e o século XXI**. Prof. Dr. Alcides Costa Vaz. 2011. 129f. Dissertação (Mestrado) - Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais 2011

SILVA, Carlos Henrique Rubens Tomé Silva. **Mudança Global do Clima: A Transferência de Tecnologia e o Comércio Internacional**. Profa. Dra. Ana Flávia Barros Platiau. 2011. 151f. Dissertação (Mestrado) - Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais (2011)

QUEIROZ, Helbert Geraldo de. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. O debate sobre a produção de etanol no Brasil. Prof. Dr. Otávio Soares Dulci.2009 92f. Dissertação (Mestrado) - Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais (2009)

WYGANT, Cecilia Gowdy. **The United Nations conference on the human environment: formation, significance and political challenges**. 2004. Tese de Doutorado. Texas Tech University.

Livros

ARRAES, Virgílio. **O Brasil e a ONU, de 1990 a nossos dias**: das grandes conferências às grandes pretensões. IN: ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio Carlos. *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas vol II*. Brasília: Editora Saraiva, 2006, 491 p.

ATAPATTU, Sumudu A.; GONZALEZ, Carmen G.; SECK, Sara L. **The Cambridge Handbook of Environmental Justice and Sustainable Development**. Cambridge University Press, 2021, 484p.

BARROS, José D'Assunção. **Os conceitos**. Seus usos nas ciências humanas. Petrópolis: Editora Vozes, 2016, 203p.

BARROS-PLATIAU, Ana Flávia. A política externa ambiental: do desenvolvimentismo ao desenvolvimento sustentável. IN: ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio Carlos. *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas vol II*. Brasília: Editora Saraiva, 2006, 491 p

BENDELL, Jem. **Terms for Endearment. Business, NGOs and Sustainable Development**. Glen Educational Foundation, Inc., 2008 Earthscan UK, 416p.

CERVO, Amado. **O final do século XX e o início do século XXI: dificuldades para a construção de uma ordem global**. In: SARAIVA, José F. Sombra. *História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização*. Brasília: Editora Saraiva, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2ª ed 2007, 347p.

CHANG, Ha Joon. **Chutando a Escada**. A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. Tradução de Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Editora UNESP, 2004, 268p.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1988, 430p.

COSENS, Barbara. **Social-Ecological Resilience and Its Relation to the Social Pillar of Sustainable Development**. In: ATAPATTU, Sumudu A.; GONZALEZ, Carmen G.; SECK, Sara L. *The Cambridge Handbook of Environmental Justice and Sustainable Development*. Cambridge University Press, 2021, 484p.

GONZALEZ, Carmen G. **Racial Capitalism and Anthropocene**. In: ATAPATTU, Sumudu A.; GONZALEZ, Carmen G.; SECK, Sara L. *The Cambridge Handbook of Environmental Justice and Sustainable Development*. Cambridge University Press, 2021, 484p.

DAHL, Robert. **Poliarquia**. São Paulo: EDUSP, 2005 [1972], p. 25-62.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2006, 368p.

KOSELLECK, Reinhart. **História de Conceitos**. Tradução: Markus Hediger. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, PUC-Rio, 1ª ed., 2020, 560p.

LAGO, André Aranha Corrêa do. **Conferências de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013, 202 p.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental:** a reapropriação social da natureza. Tradução de Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2006. Título original: Racionalidad ambiental: la reapropiación social de la naturaleza

LINDGREN-ALVES, José Augusto. A década das conferências (1990-1999). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2018, 2ª ed., 2018, 523p.

LUKE, Timothy. **Sustainable Business.** A critique of corporate social responsibility policies and practices. In: REDCLIFF, Michael; SPRINGETT, Delyse. Routledge International Handbook of Sustainable Development. Routledge, 2015, 429 p.

MCCREARY, Tyler; LAMB, Vanessa. **Reflections on a Political Ecology of Sovereignty.** Engaging International Law and ‘the Map’. In: NATARAJAN, Usha; DEHM, Julia. **Locating Nature.** Cambridge University Press. 2022 392p.

MEADOWS, Donella H.; MEADOWS, Dennis L.; RANDERS, Jorgen; BEHRENS, William W. **Limits to Growth.** New York: Universe Books, 1972, 211p.

MEADOWS, Donella H.; MEADOWS, Dennis L.; RANDERS, Jorgen; BEHRENS, William W. **Limites do Crescimento.** São Paulo: Editora Perspectiva, 2ª ed., 1978, 202p.

NATARAJAN, Usha; DEHM, Julia. **Locating Nature.** Cambridge University Press. 2022, 392p.

NATARAJAN, Usha; KHODAY, Kishan. **Locating Nature: Making and Unmaking International Law.** In: NATARAJAN, Usha; DEHM, Julia. Locating Nature. Cambridge University Press. 2022, 392p.

RAINEY, David L. **A Holistic Model for Linking Sustainability, Sustainable Development, and Strategic Innovation in the Context of Globalization.** In: THOMAS, Kent D. Handbook Research on Sustainable Development and Economics. Business Science Reference(IGI Global). United States of America, 2015, 513p.

REDCLIFF, Michael; SPRINGETT, Delyse. **Sustainable development** : history and evolution of the concept. In: REDCLIFF, Michael; SPRINGETT, Delyse. Routledge International Handbook of Sustainable Development. Routledge, 2015, 429 p.

RIBEIRO, Wagner Costa. **A Ordem Ambiental Internacional.** São Paulo: Editora Contexto, 2001, 176p.

ROGERS, Peter P; JALAL, Kazi F. **An Introduction to Sustainable Development.**

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 96p.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 152p.

SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). **Relações Internacionais: dois séculos de história.** Entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 aos nossos dias). Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2001, 212 p.

SEITENFUS. Ricardo. **Relações Internacionais.** Editora Manole Ltda, 2004

VEIGA, José Eli da. **Para entender o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora 34, 2015, 232p.

ZAZZALI, Jorge Caillaux. **A propósito de los valores de la sustentabilidad: lenguaje, derecho y desarrollo sustentable**. In: BENJAMIN, Antonio Herman (org). 10 anos da ECO-92: O Direito e o Desenvolvimento Sustentável. Anais do Congresso Internacional de Direito Sustentável, de 03 a 06 de junho de 2002. São Paulo: IMESP, 2002, 840p.

Relatórios

SANTOS, André Luiz Marengo dos; VILLA, Rafael Antonio Duarte; BEIRÃO, André Panno. **Relatório da Avaliação Quadrienal 2017**. Ciência Política e Relações Internacionais. Coordenação De Aperfeiçoamento De Pessoa Do Nível Superior. Diretoria de Avaliação. Ministério da Educação, 2017, 111p.

Sites

CAMBRIDGE DICTIONARY. **Development**. Disponível em: <<https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english-portuguese/development>>. Acesso em: 13 de jun 2023

CAMBRIDGE DICTIONARY. **Sustainable**. Disponível em: <<https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english-portuguese/sustainable>>. Acesso em: 13 de jun 2023

CLUB FROM ROME. **About us**. Disponível em: <<https://www.clubofrome.org/about-us/>>. Acesso em: 15 de ago. 2022.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Relatório de Avaliação Quadrienal 2017**. Ciência Política e Relações Internacionais.

LE MONDE DIPLOMATIQUE. **Archive**. Disponível em: <<https://www.monde-diplomatique.fr/archives>>. Acesso em: 15 de ago. 2022

LE MONDE DIPLOMATIQUE. **A la recherche d'une pensée écologique**. Disponível em: <<https://www.monde-diplomatique.fr/1992/06/KERN/44428>>. Acesso: 12 de jun 2023

LE MONDE DIPLOMATIQUE. **Au service des peuples ou d'un impérialisme écologique**. Disponível em: <https://www.monde-diplomatique.fr/1992/05/LARBI_BOUGUERRA/44346>. Acesso: 12 de jun 2023

LE MONDE DIPLOMATIQUE. **Une étape vers la moralisation de la coopération internationale**. Disponível em: <<https://www.monde-diplomatique.fr/1972/05/STRONG/30916>>. Acesso em: 27 de jun. 2022

NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: 27 de jun. 22

NAÇÕES UNIDAS. **A ONU e o meio ambiente.** Disponível em:<<https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente>>. Acesso em: 19 de jun. 2023

THE NEW YORK TIMES. **THE EARTH SUMMIT; Bush Leaves Rio With Shots At Foreign and U.S. Critics.** Disponível em:<<https://www.nytimes.com/1992/06/14/world/the-earth-summit-bush-leaves-rio-with-shots-at-foreign-and-us-critics.html?searchResultPosition=54>>. Acesso em: 14 de mai. 2023

THE NEW YORK TIMES. **New York Times Article Archive.** Disponível em:<<https://archive.nytimes.com/www.nytimes.com/ref/membercenter/nytarchive.html>>. Acesso em: 15 de ago. 2022

THE NEW YORK TIMES. **THE EARTH SUMMIT Bush and Rio; President Has an Uncomfortable New Role In Taking Hard Line at the Earth Summit.** Disponível em:<<https://www.nytimes.com/1992/06/11/world/earth-summitbush-rio-president-has-uncomfortable-new-role-taking-hard-line-earth.html?searchResultPosition=113>>. Acesso em: 14 de mai. 2023

THE NEW YORK TIMES. **Global Economy Limits Expectations at Earth Summit in Brazil.** Disponível em:<<https://www.nytimes.com/2012/06/19/world/americas/rio20-summit-overshadowed-by-global-economy.html>>. Acesso em: 30 de mai.2023

THE NEW YORK TIMES. **On Our Radar: The Negotiating Text in Rio.** Disponível em:<<https://archive.nytimes.com/green.blogs.nytimes.com/2012/06/18/on-our-radar-the-negotiating-text-in-rio/>>. Acesso em: 30 de mai.2023

THE NEW YORK TIMES. **Progress on the Sidelines as Rio Conference Ends.** Disponível em:<<https://www.nytimes.com/2012/06/24/world/americas/rio20-conference-ends-with-some-progress-on-the-sidelines.html>>. Acesso em: 30 de mai.2023

THE NEW YORK TIMES. **To Protect Bush, U.N. Will Limit Access to Talks.** Disponível em:<<https://www.nytimes.com/1992/06/08/world/to-protect-bush-un-will-limit-access-to-talks.html?searchResultPosition=201>>. Acesso em: 14 de mai. 2023

THE NEW YORK TIMES. **U.N. Report from Rio on Environment a ‘Suicide Note’.** Disponível em:<<https://archive.nytimes.com/rendezvous.blogs.nytimes.com/2012/06/24/u-n-report-from-rio-on-environment-a-suicide-note/>>. Acesso em: 30 de mai.2023

THE NEW YORK TIMES. **What Rio Can Do,** Disponível em:<<https://www.nytimes.com/2012/06/18/opinion/what-rio-can-do.html>>. Acesso em: 30 de mai.2023

UNITED NATIONS. **United Nations Conference on Environment and Development.** Disponível em:<<https://www.un.org/en/conferences/environment/rio1992>>. Acesso em: 19 de jun. 2023

UNITED NATIONS. **United Nations Conference on the Human Environment.** Disponível em:<<https://www.un.org/en/conferences/environment/stockholm1972>>. Acesso em: 27 de jun. 2022

UNITED NATIONS. **World Summit on Sustainable Development**. Disponível em: <<https://www.un.org/en/conferences/environment/johannesburg2002>>. Acesso em: 19 de jun. 2023

UNITED NATIONS. **United Nations Conference on Sustainable Development**. Disponível em: <<https://www.un.org/en/conferences/environment/rio2012>>. Acesso em: 19 de jun. 2023